

GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

20

ANO 9 | NOVEMBRO DE 2013

CONSAO
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

ESTADOS ADEREM À NOVA PREVIDÊNCIA



ENTREVISTA

“Se cada indivíduo orientar o seu comportamento tendo em mente as suas responsabilidades para com o País, poderemos ter uma mudança real no Brasil.”

Jorge Gerdau, empresário

LÍDER NA GESTÃO ELETRÔNICA DE MARGEM CONSIGNÁVEL.

comunicação

A solução atende a mais
de **200 CLIENTES** e
processa mensalmente
5 MILHÕES de descontos
em folhas de pagamento.

.eConsig



ÚNICA SOLUÇÃO CERTIFICADA

Garantia da Gestão da
Segurança da Informação

 **ZETRASOFT**.COM.BR

Rua Pernambuco, 1077 • 7o e 9o andares • Funcionários • Belo Horizonte • MG

zetra



**Building a better
working world**

**Gestão pública eficiente
e transparente. Para
enxergar mais longe.**

Atuamos em conjunto com o setor público para compartilhar melhores práticas e contribuir para o fortalecimento das instituições públicas.

Liliana Junqueira

Líder de Governo e Setor Público

liliana.junqueira@br.ey.com

www.ey.com.br

Auditoria | Impostos | Transações | Consultoria



APOIADOR
OFICIAL

É possível ter uma gestão de frotas mais eficiente?

A ECOFROTAS É LÍDER EM GESTÃO DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DE FROTAS NO BRASIL, com mais de 11,5 mil empresas clientes, 640 mil veículos administrados e a maior cobertura de postos e oficinas do mercado. A Algar Telecom, empresa brasileira de telecomunicações, contou com o programa Frota Sustentável Ecofrotas para reduzir a emissão de gases poluentes gerados por seus 932 veículos através da priorização do etanol. Juntos, provamos que é possível ser mais eficiente reduzindo custos e emissões de Gases de Efeito Estufa. Tudo porque acreditamos que é possível crescer sem gerar impactos socioambientais.

Afinal, quando você faz o bem, o bem volta.



"A parceria com a Ecofrotas possibilitou que a empresa superasse as metas de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) estabelecidas pelos padrões globais de sustentabilidade, além de reduzir custos de operação e financeiros."

Divino Sebastião, Presidente da Algar Telecom.



33%
de melhoria na política de frota



Redução de
40%
na emissão de poluentes convencionais



90%
do abastecimento com etanol



GESTÃO EFICIENTE PARA O BEM DE TODOS.


www.ecofrotas.com.br • 4002.4099

Esta empresa emite cartões com a bandeira Good Card. Aceita em mais de 15 mil postos e 7,7 mil oficinas.





A OTIMIZAÇÃO DO SEU AMBIENTE.



Sistemas modulares que permitem diferentes configurações, de acordo com cada ambiente corporativo. Desenvolvida pelos renomados designers italianos **BALDANZI & NOVELLI**, especialmente para o Brasil, a **OPTIMA** valoriza a interação entre os profissionais, a alta performance e a criatividade.

use

móveis para escritórios



tel. (62) 3272 8500 - usemoveis.com.br

Cadeiras by **FLEXFORM**



Expediente

PRESIDÊNCIA

EDUARDO DIOGO
Secretário do Planejamento
e Gestão do Estado do Ceará

VICE-PRESIDÊNCIA

RENATA VILHENA
Secretária de do Planejamento
e Gestão de Minas Gerais

WILMAR LACERDA
Secretário de Estado da Administração
Pública do Distrito Federal

JUNTA FISCAL

Flora Valadares Coelho - AC
Giuseppe Vecci - GO
Fábio Gondim - MA

MEMBROS DO CONSAD

Alexandre Lages Cavalcante - AL
Agnaldo Balieiro da Gama - AP
Lígia Abrahim Fraxe Licatti - AM
Manoel Vitorio da Silva Filho - BA
Pablo Rodnitzky – ES
Francisco Faiad - MT
Thie Higuchi Viegas dos Santos - MS
Alice Viana Soares - PA
Livânia Maria da Silva Farias - PB
Dinorah Botto Portugal Nogara - PR
Décio José Padilha da Cruz - PE
Paulo Ivan da Silva Santos - PI
Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins - RJ
Antônio Alber da Nóbrega - RN
Alessandro Pires Barcellos - RS
Carla Mitsue Ito (superintendente) - RO
Gerlane Baccarin - RR
Derly Massaud de Anunciação - SC
Davi Zaia - SP
José Macedo Sobral – SE
Lucio Mascarenhas Martins - TO

EDIÇÃO

AP Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

DUO Design

COORDENAÇÃO

Mariana Pereira

JORNALISTA

Paula Fonseca

REVISÃO

Corina Barra

ILUSTRAÇÃO CAPA

André Gusmão

IMPRESSÃO

Gráfica Coronário

TIRAGEM

3 mil

CONSAD

Edifício Multiempresarial
Endereço: SRTVS | quadra 701 | bloco O |
entrada A | salas 128-130 | CEP: 70340-000 |
Brasília - DF
Telefax: (61) 3322.5520

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Iracy Gomes

E-MAIL

consad@consad.org.br

SITE

www.consad.org.br

PREVIDÊNCIA: PENSAR O FUTURO

O déficit da Previdência Social, atualmente acumulado em mais de R\$ 60 bilhões, segundo o Ministério da Previdência, é, sem dúvida, um dos maiores problemas do País. Se nada viesse a ser feito na próxima década, para sanar o rombo nas contas públicas, o pagamento de novas aposentadorias seria inviável. Esse é o principal tema desta edição de Governança & Desenvolvimento, que apresenta um novo regime previdenciário capaz de zerar esse déficit a médio prazo e, como um fundo previdenciário, vir a atuar, futuramente, como um grande investidor na infraestrutura do Brasil.

Nós nos referimos à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que já é realidade nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo. Cada um desses estados ajustou a legislação à própria realidade. A expectativa é de que, nos próximos meses, outros estados também optem pelo novo regime, que deve se tornar o maior da América Latina. Ele retrata uma visão mais moderna do Estado, que se organiza para ser sustentável a longo prazo.

A ideia é assegurar boas condições aos servidores públicos e, ao mesmo tempo, serviços de melhor qualidade ao cidadão. E, é claro, o Estado precisa cumprir a legislação federal e fugir da inadimplência para crescer, investir, ampliar o desenvolvimento e a geração de emprego e renda.

Nesta edição da revista, também damos destaque à nossa última missão de cooperação internacional em gestão, em viagem realizada à Austrália – país que é sinônimo de gestão pública eficiente e inovadora. A missão, formada por secretários da Administração que integram o Consad, conheceu de perto o funcionamento político e administrativo daquele país.

Um rico intercâmbio de informações foi trocado entre as partes, em visitas às cidades de Sidney, Camberra e Melbourne. A missão brasileira

comprovou, na prática, a forma como o funcionário australiano trabalha, comprometido com metas e estratégias de longo prazo, independentemente de ideologias partidárias.

E, para falar sobre gestão pública de qualidade, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter foi o convidado desta edição. Gerdau, um dos principais interlocutores entre o governo e o empresariado, declarou, entre outras coisas, que a mudança somente acontecerá quando cumprirmos determinadas responsabilidades para com o País.

São com ideias inspiradoras que distribuimos a última edição do ano de Governança & Desenvolvimento. O intuito é dar visibilidade a ações e projetos estaduais bem-sucedidos na área da gestão, e que possam ser replicados em outras regiões, como é o caso da nova Previdência Complementar.

Que no próximo ano a modernização da gestão pública seja prioridade, não só dos governos, mas também de todas as comunidades que desejarem ver um Brasil mais rico, mais forte e mais justo para todos!



Eduardo Diogo
Presidente do Consad



10 **CAPA**
A Previdência Social do futuro



17 **MISSÃO INTERNACIONAL**
Missão brasileira visita Austrália



20 **ENTREVISTA**
Revolução cidadã



23 **VII CONGRESSO CONSAD**
Gestão pública sustentável é tema do Congresso Consad

ESTADOS

- | | |
|----|--|
| 28 | ALAGOAS - Governo de Alagoas lança sistema de gestão digital da vida funcional |
| 30 | BAHIA - Governo da Bahia lança sistema de planejamento de compras |
| 32 | CEARÁ - Novo modelo de Previdência do Ceará é referência nacional |
| 34 | DISTRITO FEDERAL - Democratização das relações de trabalho |
| 36 | ESPÍRITO SANTO - Espírito Santo implanta, em 2014, a nova política de gestão de pessoas |
| 38 | GOIÁS - Vapt Vupt é referência em serviços de qualidade ao cidadão goiano |
| 40 | MARANHÃO - O novo e contemporâneo Centro Administrativo do Maranhão |
| 42 | MINAS GERAIS - Gestão por processos de Minas amplia eficiência por resultados |
| 44 | PARÁ - Governo do Pará reestrutura cargos e carreiras |
| 46 | PARANÁ - Formação pessoal e capacitação profissional |
| 48 | RIO DE JANEIRO - Estado do Rio inicia projeto para cadastrar patrimônio imobiliário |
| 50 | RORAIMA - Governo de Roraima ofereceu mais de 2.500 vagas em concurso público |
| 52 | RIO GRANDE DO SUL - Otimizar: cinco produtos para transformar o patrimônio do Estado |
| 54 | SANTA CATARINA - Em prol de melhores condições de trabalho e atendimento hospitalar |
| 56 | SÃO PAULO - Iniciativa paulista de inclusão digital é reconhecida mundialmente |
| 58 | SERGIPE - Centro de Atendimento ao Cidadão registra 860 mil atendimentos |
| 60 | TOCANTINS - Servidores do Tocantins revelam histórias de pioneirismo |

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DO FUTURO

São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará já aderiram à nova Lei de Previdência Complementar do Servidor Público, que poderá se transformar no maior fundo de pensão da América Latina

■ POR PAULA FONSECA/CONSAD





Previdência Social acumula um déficit de mais de R\$ 60 bilhões, com expectativa de acúmulo de 10% ao ano, o que, em uma década, inviabilizaria o pagamento de novas aposen-

tadorias. A alternativa para estancar os impactos dessa dívida na economia brasileira foi a implantação de um novo regime previdenciário, já em vigor por meio da Lei nº 12.618/2012, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

Segundo Jaime Mariz, secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, o propósito é transferir a aposentadoria do servidor público para um sistema de capitalização de fundos de pensão, a fim de congelar o déficit que, estima-se, em 35 anos será zerado. Pelo montante do seu patrimônio, a Funpresp se transformará no maior fundo da América Latina. “Visamos a uma economia anual em torno de 37 bilhões, e estou falando só no âmbito da União. A tendência é que esse novo modelo garanta um futuro previdenciário menos preocupante e, ao mesmo tempo, seja um grande investidor na infraestrutura do país”, justificou Jaime.

O secretário explicou que as novas regras foram inspiradas nas experiências bem-sucedidas de países de Primeiro Mundo, como alguns da Europa, além dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, do Japão e da Coreia do Sul. Na América do Sul, a referência foi o Chile. “Dos 12 maiores fundos de pensão do mundo, 11 são de servidores públicos. O Brasil está apenas aprendendo com essas potências qual é a melhor maneira de tratar a previdência dos seus servidores públicos, pois o nosso modelo estava totalmente exaurido”, salientou. Para ele, um dos grandes problemas enfrentados na lei anterior é que, para manter cada aposentadoria integral, era necessário arrecadar a contribuição de quatro servidores públicos em atividade. “Hoje, a relação é de 1,17 servidor da ativa para cada inativo”, exemplificou.

Princípios constitucionais

Para os antigos servidores nada muda, uma vez que o novo sistema é de adesão, e os que já estavam em exercício em cargos públicos não são obrigados a aderir-lo. Porém, se desejarem, poderão optar pelo novo regime até 2015. “Para quem tem pouco tempo de serviço público, estamos fazendo os cálculos para identificar o que é mais atraente para ele. Porém, a União não está incentivando ninguém a mudar; é algo voluntário. Para os que têm mais de 10 anos na ativa, a situação

é nitidamente desvantajosa. Então, a tendência é que tenhamos uma pequena adesão dos que já fazem parte do quadro funcional. A nossa aposta mesmo é naqueles que estão ingressando agora em cargos do Governo Federal”, declarou Jaime Mariz.

Assim, os futuros servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário estão sujeitos, a partir deste ano, a um limitador de aposentadoria garantido pelo Tesouro Nacional, o qual se equipara ao teto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), atualmente fixado em R\$ 4.159,00. “As novas regras equiparam o valor dos proventos da iniciativa privada ao dos proventos do serviço público, obedecendo, desse modo, aos princípios constitucionais de que todos são iguais perante a lei”, ressaltou o secretário. Todavia, as novas normas não se estendem aos servidores estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Na prática, para quem ganha até o teto, não há diferença. Mas os que recebem acima dele terão de contribuir para a Funpresp, pagando um plano de previdência à parte, o que pode ser até mais vantajoso, dependen-

do da quantia que cada um destinará ao fundo. “Conforme o esforço previdenciário e a gestão dos recursos, pode-se garantir uma renda até melhor do que a da norma antiga. A União repassará menos, mas será de forma antecipada. Hoje, o órgão paga 22% do salário do servidor que ultrapassa o teto. Futuramente, será de, no máximo, 8,5%. Em compensação, paga essa porcentagem agora para que seja utilizada daqui há 35 anos. Então, esse dinheiro vai ser aplicado e reaplicado, e poderá se tornar muito maior do que os 22%”, explicou o secretário.

Outra vantagem é para quem trocar de cargo, sem quebra de vínculo funcional, que continuará sob a vigência do regime que vigorava à época do ingresso no serviço público. Já os que mudarem de esfera, como não poderão declarar vacância do cargo anterior, entrarão compulsoriamente para a Funpresp. Aqueles que trocarem apenas de poder durante o novo regime poderão fazer a portabilidade e, com isso, obter os mesmos recursos e benefícios no novo plano. “Os que aderirem à Fundação, ao se aposentarem, deixarão de contribuir. Hoje, os aposentados e pensionistas continuam contribuindo. Outro atrativo é que o servidor poderá transferir os seus recursos se sair do serviço público para tomar posse em empresa que tenha um fundo próprio de previdência complementar, ou, então, pode-

rá sacar o dinheiro”, informou o professor Wilson Granjeiro, presidente de um dos maiores grupos empresariais do ramo de cursos preparatórios para concursos públicos do Brasil, o Gran Cursos.

Apesar dos inúmeros benefícios, o professor Granjeiro apontou uma preocupação entre especialistas e concurren- teiros: a forma como esse fundo será gerido. “É um sistema que tem um caráter privado, mas também político. A má administração pode resultar no que acontece hoje com a Fundação de Seguri-





A gestão da Funpresp será privada

dade Social (Geap), que está com problemas sérios de finanças e sofrendo ameaça de intervenção. Muita gente acha que ela não vai garantir os benefícios, e que o servidor sequer poderá reaver os proventos contribuídos”, revelou. “Quando se imagina os bilhões de reais que serão geridos nesse regime, supõe-se também a tentação que representarão para quem está no poder. É aí que temos de ficar de olho”, alertou o estudioso.

Embora a aposentadoria integral tenha sido tradicio-

DIVULGAÇÃO



Para Granjeiro, ainda é preciso saber como o fundo será gerido

nalmente um dos maiores chamarizes para se pleitear uma vaga em órgão público, o presidente do Gran Cursos constatou que, mesmo com as novas regras, não houve queda nas matrículas. “Pelo contrário, três de cada cinco jovens querem o governo como patrão, e por vários motivos: pela estabilidade, por não exigir experiência, pelo horário flexível, por bancar os estudos do servidor e, claro, pelo fator previdenciário, que, mesmo com todas as mudanças, ainda é bem vantajoso”, lembrou ele, ressaltando que, recentemente, o Ministério do Planejamento divulgou que, na última década, 40% das pessoas que ingressaram em cargos públicos tinham entre 18 e 29 anos.

Luiz Flávio Evangelista tomou posse, em setembro deste ano, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e, portanto, já teve de adotar o novo sistema. “Como o meu salário inicial é abaixo do teto do INSS, nada muda por enquanto. Em 2015, devo começar a contribuir para a nova previdência. É ruim que o sistema tenha mudado, mas entendo que situação estava periclitante. Olhando por uma nova perspectiva, acredito que seja até mais atrativo se levar em conta que tenho a chance de receber um valor superior ao do meu cargo efetivo quando me aposentar”, constatou.



Para antigos servidores, a nova Previdência é de adesão

Fundo de caráter privado

A gestão da Funpresp é privada e está sob o comando de um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e uma Diretoria-Executiva. Cada um dos conselhos é formado por seis membros: três indicados pela presidente

Investimento inicial

O Prev-Federação é o novo fundo de pensão que o governo vai criar com o objetivo de complementar a aposentadoria dos servidores públicos estaduais e municipais que recebem salários acima do teto do INSS. “É uma espécie de ‘incubadora’ de fundos de pensão, até que eles se fortaleçam e adquiram autonomia para funcionar sem a necessidade desse apoio”, comentou Jaime Mariz.

Em fase final de implantação, o Prev-Federação, cujo lançamento está previsto para novembro, será custeado pela Caixa Econômica Federal. O secretário destacou que Ceará e Espírito Santo são os estados brasileiros que estão mais adiantados na preparação do trâmite legal que viabilizará sua participação no novo fundo. A ideia é que, mais estruturados, os estados possam optar entre permanecer na fundação ou constituir uma entidade própria.

da República, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e por um ato conjunto dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e os outros três são eleitos pelos participantes. “Será um conselho paritário entre os indicados e os eleitos. Entretanto, todos os participantes têm de ter dinheiro nesse fundo. Isso quer dizer que eles serão os maiores interessados para que essa gestão seja a melhor possível”, revelou o secretário Jaime Mariz.

Os fundos de pensão são divididos em dois: um destinado ao Legislativo e ao Executivo, e outro, ao Judiciário; porém, os municípios e o Estado poderão optar pelo sistema que eleger. Para dar início às atividades dos Fundos, a União fará um aporte financeiro no valor de R\$ 50 milhões para o Executivo e de R\$ 30 milhões para o Legislativo e o Judiciário. Quem fiscalizará se os investimentos são de risco elevado será a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão vinculado ao Ministério da Previdência. “As fundações terão personalidade jurídica de direito privado, mas com natureza pública, sendo obrigadas a realizar licitações, concursos públicos para a contratação de pessoal, além de garantir a transparência de seus atos”, complementou Mariz.

A fundação oferece planos de benefício na forma de contribuição definida, que estipulam a proteção previdenciária em caso de invalidez ou morte; e o chamado fundo de longevidade, aos servidores que viverem mais do que a média calculada a partir da concessão da aposentadoria. Aqueles que aderirem à Funpresp usufruirão de uma alíquota reduzida de Imposto de Renda – em vez de 27,5%, recolherão 10% à Receita Federal. O governo também vai negociar condições especiais para os que exercem profissão de risco, como policiais federais, policiais rodoviários federais e médicos que trabalham em regiões de fronteira, e que, por isso, aposentam-se com menor período de contribuição.

Adesão nos estados

O Estado de São Paulo foi o primeiro a adotar o regime de previdência complementar, segundo a Lei nº 14.653/2011. Intitulado de SP-Prevcom, o novo regime limitou a aposentadoria ao valor do INSS, aos servidores titulares de cargos efetivos admitidos a partir de 23 de dezembro de 2011. Para tanto, o Estado contribui paritariamente com até 7,5% sobre a parcela do salário que ultrapassar o teto.

Com o intuito de buscar o equilíbrio do seu sistema previdenciário, o Estado do Rio de Janeiro implantou, pela Lei nº 6.243/2012, uma previdência complementar para os seus servidores públicos civis, que fixa, assim como se deu em São Paulo, o limite máximo para a

concessão de aposentadorias e pensões no valor de R\$ 4.159,00. Policiais e bombeiros permanecem, porém, contribuindo para o Riopreviência sobre o total de suas remunerações.

Já os concursados que tomaram posse a partir de 4 de setembro de 2013 já estão sujeitos às novas regras e podem realizar contribuições facultativas ou voluntárias para o Plano RJPrev-CD. “O Rio de Janeiro está totalmente em dia com a legislação brasileira de previdência do setor público que, de um tempo para cá, ganhou a faculdade de instituir regimes complementares, além de garantir, a longo prazo, um modelo que dá sustentabilidade à Previdência do Estado”, disse o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa.

O novo servidor que receber remuneração superior ao teto do INSS e fizer adesão ao RJPrev-CD terá a opção de escolher entre quatro alíquotas de contribuição: 5,5%, 6,5%, 7,5% e 8,5%. O seu patrocinador (órgão ao qual está vinculado) obrigatoriamente deverá contribuir com o mesmo valor, limitado à alíquota de 8,5%. Embora não estejam submetidos à previdência complementar, os servidores estaduais que tomaram posse até o dia 3 de setembro de 2013 podem solicitar, em até 360 dias, a migração de regime. Segundo o presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPrev), Halan Moraes, depois de 35 anos de contribuição, os fundos terão recursos

NICOLAS GOMES/ABR

Jaime Mariz: déficit da Previdência será zerado em 35 anos



suficientes para sanar as aposentadorias, terminando, assim, a dependência da Previdência para com o Tesouro Estadual e para com os *royalties* do petróleo.

A mesma medida está sendo tomada pelo Estado do Espírito Santo, o terceiro a adotar o novo sistema, com o Preves, implementado pela Lei nº 711/2013. Quem virar funcionário público a partir de dezembro deste ano terá de fazer contribuições extras a um fundo de previdência complementar, para garantir, futuramente, a aposentadoria integral. A alíquota do Estado limita-se a 8,5%. “Essa é uma proposta de solução que abrange todo o Estado, visando à manutenção da responsabilidade fiscal, ao aumento da poupança interna e ao incremento da capacidade de investimento estadual”, avaliou o gestor do Projeto da Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo, Alexandre Wenersbach.

No Estado do Ceará, a partir de janeiro de 2014, o fator previdenciário terá uma nova formatação: um regime próprio até o teto do INSS e uma fundação de previdência complementar destinada aos servidores que ganham mais do que isso, com caráter opcional. Para este último caso, o Estado garante aporte na razão de 1 para 1, até 8,5%. A situação dos militares não sofre alterações. “Muito mais do que uma ação de governo, representa uma visão de um estado que se organiza para ser sustentável a longo prazo, assegurando boas condições aos seus servidores e contínua melhora na qualidade dos serviços prestados aos seus cidadãos”, acrescentou o secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, Eduardo Diogo, também presidente do Consad.

Jaime Mariz acredita que a instituição do regime de previdência complementar para os servidores federais e dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará deve servir de estímulo para que fundações semelhantes sejam estabelecidas em outros estados e municípios brasileiros. “São Paulo e Rio de Janeiro já criaram o fundo, que já está arrecadando dinheiro. Espírito Santo e Ceará estão em fase de montagem. Temos notícias de que essa matéria está sendo discutida em todos os estados brasileiros. Em Minas Gerais, por

exemplo, os debates nessa direção já estão bem avançados, e, em Rondônia, já se encontra na Assembleia Legislativa”, avaliou.

O secretário contou que o Ministério da Previdência está em processo de “convencimento” para que todos os estados, os municípios e o Distrito Federal elejam o novo plano previdenciário. “Prestamos esclarecimentos, mas a decisão é do governador. Cada um pode criar o próprio fundo de pensão e, para aqueles que não tiverem escala para se abrigar, estamos viabilizando o Prev-Federação, que vai funcionar exatamente como a Funpresp, mas com recursos da Caixa Econômica Federal”, adiantou.

Renata Vilhena, secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, antecipou que o projeto de lei já foi discutido no Conselho de Administração do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais (Funpempg) e no Comitê de Negociação Sindical (Cones) e, em breve, seguirá para a Assembleia Legislativa. “A previdência complementar representa uma importante mudança de paradigma de financiamento da previdência dos servidores públicos. A partir de sua instituição, os que recebem acima do teto do Regime Geral de Previdência Social poderão gerenciar os seus benefícios futuros e obter, como decorrência direta do seu esforço contributivo, proventos até mesmo superiores à remuneração do seu cargo efetivo, sem que isso represente ônus adicional para a sociedade”.

O professor Granjeiro pontuou que a tendência é que todos os estados façam a adesão ao novo regime, uma vez que a maioria está com problemas orçamentários. “As contas públicas dos estados deterioraram-se em uma velocidade muito grande em virtude da questão previdenciária. Acredito que os atuais governadores ou os seus sucessores deverão, em até cinco anos, aprovar a previdência complementar”, acrescentou. “O governo poderia aproveitar o ensejo para reformar outras questões já defasadas, como o sistema político, as leis trabalhistas, que ainda são regidas por uma legislação de 1943, e o regime penal”, sugeriu.



MISSÃO BRASILEIRA VISITA AUSTRÁLIA

Autoridades da Austrália, referência de governança em inovação, receberam os conselheiros do Consad para trocar experiências em prol da modernização da gestão pública no Brasil

■ POR PAULA FONSECA / CONSAD



SHUTTERSTOCK.COM

Sinônimo de gestão pública eficiente e inovadora, o governo da Austrália coleciona conquistas importantes, como a de um país que ostenta a melhor qualidade de vida do mundo e, há 20 anos, só perde para a Noruega quando o assunto é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cuja avaliação anual da Organização das Nações Unidas (ONU) engloba quesitos de saúde, educação e renda.

Com o intuito de conhecer o funcionamento político e administrativo da Austrália, a missão de cooperação internacional – formada por secretários da Administração que integram o Consad – realizou, no período de 26 de outubro a 1º de novembro, um intercâmbio de informações entre as duas nações, com uma rica programação, da qual constaram visitas às cidades de Sidney, Camberra e Melbourne.

Um exemplo a ser seguido

O primeiro compromisso dos representantes do Ceará, do Rio de Janeiro, do Distrito Federal e de Alagoas foi um encontro com João André Teixeira, consultor e acadêmico na área de inovação, pesquisa e desenvolvimento, e com Juliana Weingaertener, economista e analista do Tribunal de Regulação de Preços de Energia (Ipart). Eles, que são brasileiros, mas vivem nesse que é o maior país da Oceania, revelaram sua visão sobre economia, a política e a sociedade australiana.

O diretor-geral da Casa Civil do Governo de Nova Gales do Sul, Chris Eccles, recepcionou a comitiva no dia 28 de outubro. Na ocasião, ele revelou as estratégias utilizadas para o planejamento e a implantação de grandes projetos de infraestrutura na cidade, assim como apresentou exemplos bem-sucedidos para o

aperfeiçoamento de parcerias público-privadas, formas de consulta à população que inovaram o processo decisório e aceleraram a implementação dos projetos, além de aspectos que cercam a implantação de lojas de atendimento ao cidadão.

No mesmo dia, os conselheiros do Consad foram recebidos pelo professor Geoff Gallop, ex-governador do Estado da Austrália do Oeste e atual diretor dos cursos de pós-graduação da Escola de Governo da Universidade de Sydney. O estudioso detalhou o que considera como os principais desafios da administração pública no século XXI e alertou sobre a necessidade da formação de lideranças no âmbito do próprio serviço público, para enfrentar as crises e apoiar os políticos.

Para fechar a programação do primeiro dia, os secretários reuniram-se, no Consulado-Geral do Brasil, com o professor Peter Shergold, reitor da Universidade de Sydney do Oeste e ex-secretário do Primeiro-Ministro, encarregado da Gestão Pública no Governo Federal da Austrália. Segundo ele, houve uma mudança de perfil do setor público nos últimos 20 anos, que consistiu, principalmente, na ampliação da colaboração entre o governo e o setor privado e, ao mesmo tempo, entre o governo e as organizações comunitárias. No entanto, ao governo, salientou o professor, ainda falta aprender a exercer o papel de monitoramento e deixar para os parceiros a responsabilidade de gerenciar e implementar.

Lideranças no setor público

A delegação desembarcou, no dia 29 de outubro, na capital, Camberra, onde conheceu um pouco da história do país no Museu Nacional da Austrália. À tarde, Rebecca Cross, chefe de Política Doméstica, e Durham Bennett, assessor sênior da Secretaria de Relações Federativas, do Ministério do Primeiro-Ministro, apresentou uma das experiências institucionais mais originais do mundo: o Conselho dos Governos Australianos (COAG), presidido pelo Primeiro-Ministro e integrado pelos governadores de seis estados e dois territórios.

Os secretários também participaram de uma conversa com lideranças do Sindicato dos Servidores Públicos do Governo Federal da Austrália – o vice-secretário Rupert Evans e o assessor de negociações sindicais Matt Taylor. Eles traçaram um panorama de como são as relações trabalhistas no setor público australiano. À noite, a comitiva brasileira foi recepcionada pelo embaixador do Brasil, Rubem Barbosa.

No dia seguinte, foi a vez de se encontrarem com o secretário de Capital Humano da Comissão do Ser-

DIVULGAÇÃO



Representantes do DF, CE, AL e RJ em encontro com autoridades australianas

viço Civil e diretor do Centro Estratégico de Liderança, Aprendizado e Desenvolvimento, Ian Fitzgerald, que gerencia cerca de 160 mil servidores federais. Conforme suas palavras, a preocupação primordial do governo federal nesse campo é ter uma força de trabalho adequada para lidar com os desafios a serem enfrentados pelo país nas próximas décadas. Fitzgerald também informou sobre algumas das estratégias, que estão sendo adotadas, para a formação de lideranças.

O roteiro continuou com uma visita guiada ao Parlamento, onde conheceram o interior das duas casas e várias peculiaridades de seu funcionamento. Os visitantes ainda compareceram à Universidade de Camberra, para uma audiência com o professor Mark Evans, diretor do Instituto de Governança da Escola de Governo da Austrália e Nova Zelândia (Anzsog), e com o professor de Administração Pública John Halligan. Com eles, debateram dois temas: a contribuição do instituto para o desenvolvimento de lideranças no setor público australiano e de países asiáticos, e o modelo de evolução de seus sistemas de gestão de desempenho.

Melhor gestão do país

Em Melbourne, a comitiva visitou, no dia 31 de outubro, a presidente interina da Autarquia de Serviços Estaduais (SSA), Pam White, que abordou vários aspectos da administração de gestão de pessoas que está em vigor no governo de Victoria, como o recrutamento e a avaliação do clima organizacional e da satisfação no trabalho, programas para jovens *trainees* e a formação de lideranças. Na sequência, foi feita uma apresentação sobre o sistema de monitoramento dos hospitais no Estado de Vitória.



Missão visita Sidney, Camberra e Melbourne

DIVULGAÇÃO

No Ministério das Relações Exteriores e Comércio, conversaram com John Brumby, presidente da Coag Reform Council (CRC) e ex-governador do Estado de Victoria, e com Michael Frost, vice-presidente da instituição, os quais resumiram o tipo de contribuição dada pelo Coag ao longo da sua existência, principalmente as formas de monitoramento e governança exercidas pelo conselho do CRC. A missão terminou o dia na companhia do consultor Joseph Soalheira, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com quem discutiu serviços compartilhados no setor público.

Em 1º de novembro, último dia da missão, os conselheiros estiveram com o chefe da Casa Civil do Estado de Victoria, Andrew Tongue, que expôs temas importantes, como a estratégia do governo estadual para capacitar a sua força de trabalho, os desafios que se apresentam para o serviço público no século XXI e o contexto global da reforma estatal, incluindo a adaptação à ascensão econômica da Ásia e a mudança das relações entre a esfera federal e a estadual. Para finalizar a agenda, encontraram-se com o reitor da Escola de Governo da Austrália e Nova Zelândia (Anzsog), professor Gary Banks.

Troca de experiência

Eduardo Diogo, presidente do Consad, disse que uma das prioridades do seu mandato é a realização de missões de cooperação internacional: "Neste ano, conhecemos *in loco* ótimas iniciativas nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, que se mostraram como uma grande referência quanto a aspectos de-

terminantes que envolvem a gestão pública".

De acordo com o também secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, a visão estratégica assumida pelo governo da Austrália converge para o aperfeiçoamento do Estado, que se faz necessário para a evolução da sociedade, consolidando um modelo que assegura a prestação de serviços públicos aos cidadãos em um alto padrão de qualidade. "Evidenciou-se, também, de um modo nítido, um elevado nível de consciência do papel de cada uma das partes, com destaque para a diferenciação entre as questões a serem tratadas pelos governos e aquelas que são de responsabilidade dos Estados", afirmou.

Para Wilmar Lacerda, vice-presidente do Consad e secretário de Estado da Administração Pública do Distrito Federal, a missão foi de suma importância para que se pudesse comparar o estágio em que se encontra a gestão pública na Austrália com o atual estágio da gestão no Brasil. "Avalio que estamos absolutamente atrasados em relação ao profissionalismo da gestão, à avaliação de desempenho e fundamentalmente à dos resultados alcançados. A Austrália alcançou níveis e padrões de execução do serviço público de altíssima qualidade, em uma sociedade cujas necessidades básicas são muito bem atendidas pelo Estado." E completou: "Foi uma experiência muito positiva para todos nós, do Consad, a que estivemos ali".

Já Fábio Aurélio Nunes, subsecretário de Assuntos Logísticos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, avaliou que o conteúdo e a quantidade de informações amealhadas nos 16 encontros agendados no país serão de extrema valia para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Estado do Rio de Janeiro: "Pude observar o quanto precisamos avançar em políticas de recursos humanos, oferecendo serviços públicos conduzidos por servidores qualificados e mais bem preparados".

Alexandre Lages, secretário de Gestão Pública de Alagoas, acompanhou, pela primeira vez, uma missão de cooperação internacional liderada pelo Consad. E a sua análise foi positiva: "Foi extremamente esclarecedor observar a forma como o servidor público trabalha, com normas e metas, independentemente de ideologias políticas. Há um comprometimento em prol da qualidade de atendimento ao cidadão".

Para 2014, o presidente do Consad deseja consolidar mais uma rica experiência no exterior. "E o destino ainda está em reserva", concluiu.

IVSON MIRANDA



O discurso da busca da eficiência na gestão pública tornou-se uma obsessão para Jorge Gerdau, um dos empresários mais importantes do Brasil. Além de ser um dos principais interlocutores entre empresários e o Planalto, exerce influência na elaboração de projetos importantes para o País, nas áreas de concessões públicas e educação. Entre as várias funções que exerce, é presidente do Conselho Administrativo do Grupo Gerdau, de siderurgia, coordenador da Câmara de Gestão e Planejamento do Governo Federal e presidente do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Nesta entrevista, que Gerdau concede à revista **Governança & Desenvolvimento**, ele diz que a responsabilidade para com o desenvolvimento de um País mais moderno e justo é responsabilidade de todos.

REVOLUÇÃO CIDADÃ

Para o empresário Jorge Gerdau, o Brasil só vai evoluir quando os brasileiros, de fato, cumprirem seus deveres como cidadãos

■ POR MARIANA PEREIRA E PAULA FONSECA/CONSAD

O SENHOR É CONHECIDO COMO UM EMPRESÁRIO QUE PENSA NO PAÍS E NÃO SÓ EM SEU PRÓPRIO NEGÓCIO. O QUE O LEVA A NÃO ABDICAR DO ESPÍRITO PÚBLICO E DA PREOCUPAÇÃO COM O BEM COMUM?

Sempre me questiono se deixarei para os meus filhos e netos um País melhor do que aquele que recebi dos meus pais. Receio que, em alguns aspectos, isso não vá ocorrer. É verdade que registramos melhorias nas condições de vida da população brasileira nos últimos anos, mas também vemos a degradação de instituições importantes, como a educação, com uma qualidade de ensino insuficiente para os desafios que temos de enfrentar em um mundo globalizado. Isso ocorre porque não temos cumprido os deveres que cabem a cada um de nós, como cidadãos. Portanto, acredito que todos nós temos três tipos de responsabilidade. A primeira é a profissional, pela qual temos de exercer nosso trabalho com qualidade e seriedade. A segunda é a responsabilidade de atuar solidariamente em nossa comunidade, procurando desenvolver atividades que ajudem a atender suas necessidades, de forma voluntária. A última, e mais importante na minha opinião, acredito que seja a nossa responsabilidade institucional para com o País, ou seja, é a nossa contribuição para a construção de um Brasil melhor. Se cada indivíduo orientar o seu comportamento tendo em mente suas responsabilidades para com o País, tanto nas grandes decisões quanto nas pequenas atividades, poderemos



ter uma mudança real do Brasil, gerando mais renda e empregos. Essa é uma tarefa de todos.

A EMPRESA QUE LEVA O SEU SOBRENOME TRANSFORMOU-SE EM UM GIGANTE DA SIDERURGIA. EM SUA OPINIÃO, EXPERIÊNCIAS VENCEDORAS NO SETOR PRIVADO TÊM CHANCE DE SER BEM-SUCEDIDAS NO SETOR PÚBLICO?

Penso que sim. É muito positivo constatar que, nos últimos anos, o número de bons exemplos de gestão pública em todo o Brasil tem aumentado gradativamente. Governo federal, governos estaduais e municipais, nas mais diversas regiões do País, passaram a aplicar práticas de gestão modernas, gerando resultados impressionantes. Além disso, esse trabalho, cada vez mais, tem se dissociado de ideologias políticas, à medida que passa a receber a adesão de dirigentes de distintas linhas de pensamento, mas com uma preocupação em comum: a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio de tecnologias de gestão.

O SENHOR COORDENA A CÂMARA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL E PRESIDE O CONSELHO DO MOVIMENTO BRASIL

COMPETITIVO, ENTRE OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR. POR QUE, MESMO TENDO GOSTO PELA COISA PÚBLICA, O SENHOR NUNCA QUIS SE ENVEREDAR PARA UMA CARREIRA POLÍTICA?

Acredito que minha contribuição seja mais efetiva atuando como cidadão-voluntário, em prol do desenvolvimento do País.

RECENTEMENTE, O SENHOR PARTICIPOU DO EXAME FÓRUM, EM SÃO PAULO, ONDE FORAM DISCUTIDAS AS FORMAS DE AUMENTAR A PRODUTIVIDADE BRASILEIRA. NA OCASIÃO, O SENHOR CLASSIFICOU A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL COM A NOTA 4. O QUE FALTA PARA O PAÍS ANGARIAR UMA AVALIAÇÃO MAIS POSITIVA?

A modernização da gestão pública brasileira é de extrema importância, pois implica o desenvolvimento sustentável do Brasil. Uma boa gestão exige planejamento de médio e longo prazo e, portanto, não apenas os de curto prazo, como tem sido o processo histórico no País. Aqueles que não aderirem ao movimento da qualidade na gestão ficarão para trás na competição, cada vez mais feroz, do mundo globalizado. Quanto mais cedo aderirmos a essa nova revolução gerencial, melhor deixaremos o Brasil para nossos filhos e netos.

O SENHOR É UM ATIVO DEFENSOR DA MELHORIA DO ENSINO NO BRASIL. O QUE É PRECISO FAZER PARA MODERNIZAR A EDUCAÇÃO E PREPARAR OS BRASILEIROS PARA O FUTURO?

O sistema educacional brasileiro ainda tem muitos desafios pela frente. Entendo que, sem educação, o Brasil não conseguirá chegar a um patamar adequado de desenvolvimento econômico e social a longo prazo. A educação tem um impacto profundo e duradouro em toda a estrutura do País, formando bons cidadãos, qualificando o mercado de trabalho e, consequentemente, aumentando a produtividade dos governos e empresas e o capital social da nação. Para alcançarmos um sistema de qualidade, é preciso, primeiramente, alcançarmos uma efetiva consciência de que a educação é um direito e um dever de todos. Não é um problema apenas dos governos, das escolas e dos professores. O problema é de toda a sociedade. Nesse sentido, destaco o papel do Movimento Todos pela Educação, que desenvolve um amplo programa de sensibilização da sociedade civil e dos governos, visando a uma educação de qualidade. Por meio da educação se constrói o princípio da igualdade de oportunidades.

NESTE ANO, A GERDAU COMPLETOU 112 ANOS. PARA O SENHOR, QUAIS SÃO OS ATRIBUTOS FUNDAMENTAIS PARA A LONGEVIDADE E O SUCESSO DA EMPRESA? E QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS INOVAÇÕES NAS FRENTE DE TRABALHO?

Com 112 anos de história, a Gerdau enfrentou diversos desafios, como as duas grandes guerras mundiais e as próprias dificuldades políticas pelas quais o Brasil passou, como as ditaduras de 1937 e 1964. Além disso, passamos por momentos econômicos complexos no País, como a hiperinflação na década de 80, que demandou muita criatividade e flexibilidade na gestão de negócios. Mesmo assim, sempre tivemos a capacidade e a agilidade necessárias para adaptar nossas operações a cada uma dessas adversidades e, em cima delas, buscar novas oportunidades.

Desde 1983, ano em que a quarta geração da minha família – eu e meus três irmãos, Germano, Klaus e Frederico – assumiu a liderança executiva da Gerdau, a empresa avançou de forma expressiva no exterior, por meio de aquisições e da construção de empresas em diversos países. Hoje, a Gerdau é líder na produção de aços longos nas Américas e uma das maiores fornecedoras de aços longos especiais no mundo. Possui operações industriais em 14 países, com operações nas Américas, na Europa e na Ásia.



ELZA FIUZA/ABR

Atualmente, vivemos em um mundo altamente competitivo, conectado e globalizado, em que os consumidores estão cada vez mais atentos e exigentes. A qualidade na gestão das empresas, portanto, não é mais um diferencial, e, sim, um fator indispensável para a sobrevivência de qualquer organização. É preciso sonhar, mas manter os pés na realidade, realizando sempre o processo de PDCA (*Plan, Do, Check, Act*) para corrigir os passos e chegar ao objetivo final. Além disso, a cultura de inovação precisa ser incentivada, com estímulo à pesquisa e à criação de novos produtos e serviços. Em um mundo cada vez mais ávido por novidades, a estagnação leva seguramente ao fracasso. Precisamos assumir uma atitude inovadora e empreendedora, buscando soluções para enfrentarmos a crescente concorrência no mercado internacional. É a busca permanente pela satisfação dos *stakeholders*.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONSED) PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA?

O Consad desempenha o importante papel de proporcionar um ambiente de discussão e de troca de melhores práticas de gestão entre representantes dos estados e do próprio governo federal. Acredito que, nesse sentido, o conselho poderia também agregar em seu escopo o acompanhamento de indicadores de desempenho nos estados, reconhecendo os melhores resultados. Por fim, penso que o Consad, via secretarias estaduais, poderia também atender aos municípios do País, que é onde encontramos maior carência nos processos de gestão.

GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL É TEMA DO CONGRESSO CONSAD

Em março de 2014, Brasília sedia a 7ª edição do congresso, para o qual são aguardadas aproximadamente 2 mil pessoas, entre palestrantes, secretários e dirigentes públicos

■ POR PAULA FONSECA / CONSAD



CLAQUETE

Cerimônia de abertura do Congresso 2013

O VII Congresso Consad de Gestão Pública será realizado no período de 25 a 27 de março de 2014, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, e terá como tema a gestão sustentável. O assunto foi escolhido durante o Fórum do Pará, onde os secretários da Administração/Gestão também deliberaram sobre uma agenda de cooperação para promover o lançamento do congresso nos estados, com o intuito de ampliar a divulgação desse que é considerado o maior evento de gestão pública do País.

De acordo com Eduardo Diogo, presidente do Consad, a expectativa é de que mais de 2 mil pessoas – entre palestrantes, pesquisadores, secretários de Estado e dirigentes do setor público –, provenientes de todas as regiões do Brasil, prestigiem a conferência, ocasião em que serão debatidos modelos de admi-

nistração pública gerencial, orientada para resultados e comprometida com a qualidade dos gastos e dos serviços prestados aos cidadãos. “É uma oportunidade de atualização, de intercâmbio e de formação de redes que aceleram o processo de disseminação da inovação da gestão pública em todos os cantos do Brasil”, justificou o presidente.

As inscrições para as propostas de trabalhos e

VII Congresso **CONSAD**
de Gestão Pública
Por uma Gestão Sustentável
25, 26 e 27 de março de 2014
Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/DF





Presidente do Consad, Eduardo Diogo, em discurso no VI Congresso

para os painéis a serem apresentados no evento terminaram no dia 15 de novembro. Agora, estão nas mãos do Comitê Científico do Congresso, que avaliará requisitos nas seguintes temáticas: orçamento, contabilidade, finanças, compras e patrimônio; gestão de pessoas na área pública; gestão por resultados, monitoramento e avaliação; novos formatos organizacionais; governança, participação e controle social; e governo eletrônico e transparência. O resultado será divulgado no dia 5 de dezembro deste ano.

A previsão é de que, assim como em 2013, o congresso apresente mais de 240 trabalhos, em cerca de 60 painéis, durante os três dias do evento. “A edição deste ano teve resultados, em geral, bem favoráveis, principalmente no que se refere aos painéis, que receberam 50% de aprovação aos seus conteúdo, formato e organização”, afirmou a consultora Evelyn Levy. Ela também informou que 50% dos entrevistados declararam que a conferência é de suma importância para o intercâmbio com outros profissionais e para a integração de redes de contato. E acrescentou: “Quando questionados se estariam replicando as experiências discutidas no congresso, 77% sinalizaram com um sim”.

Reportagens de destaque

As inscrições para o Prêmio Consad de Jornalismo 2014 começaram no dia 1º de novembro deste ano e

seguem até 31 de janeiro de 2014. A premiação, que vai contemplar os melhores trabalhos sobre a modernização da gestão pública, produzidos pela mídia impressa, é dividida em categorias nacional e regional (esta última engloba todas as regiões do Brasil). Os trabalhos serão avaliados por uma comissão julgadora, e o nome dos ganhadores será conhecido no dia 25 de março, durante a sessão de abertura do VII Congresso Consad. O regulamento está disponível no site www.consad.org.br.

Na ocasião, também será entregue a Medalha do Mérito Consad de Gestão Pública, honraria concedida a personalidades brasileiras, em forma de reconhecimento a sua atuação profissional de gestão, de pesquisa ou de política em defesa da gestão pública. A indicação dos nomes e a justificativa para a concessão do mérito é atribuição do colegiado do Consad.

Serviço

VII Congresso Consad de Gestão Pública – Por uma Gestão Sustentável

De 25 a 27 de março de 2014

Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília

Garanta o sucesso da sua gestão RH e Folha de Pagamento integrados



Implante o Ergon, o sistema líder no setor público

- Utilizado por prefeituras de varias capitais:
São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Luís, Campo Grande
- Um em cada três Estados brasileiros já utiliza o Ergon:
Mais de 2 milhões de funcionários gerenciados
- Auditoria continuada da Folha de Pagamento:
RH e Folha de Pagamento integrados

Ergon

Gestão de Capital Humano no Setor Público



Agende uma demonstração pelo (11) 2149 9200 ou visite www.techne.com.br/ergon

CONCURSOS públicos

www.funcab.org



INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA DE
CONCURSOS PÚBLICOS
EM TODOS OS ESTADOS DA FEDERAÇÃO.



Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt

Forma de Contratação

A FUNCAB atende plenamente ao inciso XIII do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, que prevê a dispensa de licitação para “contratação de instituição brasileira incubida regimental ou estatutariamente de pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos” e, portanto, pode ser contratada diretamente, dispensando-se o processo licitatório.

AMBIENTES SEGUROS PARA GUARDA DE PROVAS (COFRE)

GRÁFICA PRÓPRIA (COM IMPRESSORAS DE ALTA-PERFORMANCE)

AMBIENTES COM CONTROLE DE SEGURANÇA BIOMÉTRICO E MONITORADOS 24 HORAS

GESTÃO PÚBLICA NOS

ESTADOS





GOVERNO DE ALAGOAS LANÇA SISTEMA DE GESTÃO DIGITAL DA VIDA FUNCIONAL

Primeiro Estado a disponibilizar um sistema de gestão integrada automática, Alagoas inova ao agilizar a gestão de processos, inclusive a de aposentadorias

■ ASCOM/SEGESP-AL



SHUTTERSTOCK.COM

Para aperfeiçoar o fluxo processual de solicitação de aposentadoria dos servidores públicos estaduais, dando-lhe um padrão de celeridade e excelência, a Secretaria de Estado da Gestão Pública (Segesp), por meio da Superintendência de Modernização e Governança Eletrônica, lançou, em 28 de outubro, Dia do Servidor, o Sistema de Gestão Digital da Vida Funcional.

Além de acelerar a tramitação dos processos de aposentadoria, o sistema permitirá que os servidores, acompanhem, no Portal do Servidor, a publicação dos atos funcionais, em tempo real, por meio dos registros publicados no Diário Oficial do Estado (DOE).

“Um dos principais impasses para a solicitação da aposentadoria do servidor é a coleta de dados, que nem sempre estão disponíveis em um mesmo local.



Alexandre Lages: gestão digital eficaz e transparente

Com a centralização dos dados na esfera virtual, o tempo para o procedimento de solicitação da aposentadoria será reduzido, o que valorizará e reconhecerá o esforço de quem tanto contribuiu com a administração pública”, ressaltou a secretária-adjunta da Gestão Pública, Juliana Barros.

As ações referentes à implantação e à operacionalização do sistema foram oficializadas pelo Decreto nº 28.457/2013, por meio do qual o governador do Estado, Teotonio Vilela Filho, determinou a padronização dos atos normativos relacionados à vida funcional dos servidores públicos. Todas as publicações realizadas no DOE, desde o lançamento do sistema, em 28 de outubro, seguem, obrigatoriamente, os modelos definidos pela Portaria da Segesp nº 540, de 14 de outubro de 2013.

“Esta padronização das publicações no Diário Oficial do Estado será fundamental para que o novo sistema possa operar em sua plenitude, fornecendo ao servidor uma ferramenta rápida, eficaz e transparente de acesso aos seus dados funcionais. Com a implantação do sistema, o Estado entra na era da gestão digital, ultrapassando a antiga metodologia de pesquisa da vida do servidor nas velhas pastas funcionais”, afirmou o secretário de Estado da Gestão Pública, Alexandre Lages.

Ele destacou ainda as ações e os programas de valorização do servidor implantados pelo Governo do Estado. “O governador Teotonio Vilela Filho visa sempre à melhoria dos serviços oferecidos ao servidor, e isto é

de suma importância para o desenvolvimento do Estado de Alagoas”, pontuou o secretário.

Além da gestão interna da vida funcional do servidor, o sistema proporcionará a integração dos dados do Estado de Alagoas com o Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social do Governo Federal (Siprev/RPPS).

O Siprev é uma ferramenta de gestão das informações referentes a servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios que possuem RPPS. Ele garantirá controle e maior transparência nos gastos públicos, além de atender aos comandos do Decreto nº 26.617/2013, que instituiu o Programa de Melhoria da Qualidade do Banco de Dados de Informações referentes aos servidores públicos.

Além da integração com o Siprev, o Projeto “Gestão Digital da Vida Funcional” também está apto a operar, de forma integrada com o Sistema de Processamento da Folha de Pagamento, com o Portal do Servidor, com o Sistema da Perícia Médica e com o Diário Oficial, todos já em operação no Estado e hospedados no Instituto de Tecnologia do Estado de Alagoas (Itec).

Todos os gestores usuários do sistema – dos órgãos e das instituições envolvidas – passaram por treinamento no período de 21 a 24 de outubro, para a utilização da nova ferramenta. E desde o dia 25 de outubro, todos podem publicar os atos funcionais nos padrões estabelecidos pela Segesp.

GOVERNO DA BAHIA LANÇA SISTEMA DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS

O projeto tem o objetivo de controlar as contratações para evitar compras desnecessárias e desperdícios de verba pública

■ POR DÉBORA FERNANDES/SAEB-BA

Em 2014, o Estado da Bahia vai adotar um sistema de planejamento anual de compras para a contratação de materiais e a aquisição de serviços. A iniciativa, empreendida pela Secretaria da Administração (Saeb), vai abranger as mais de 900 unidades administrativas estaduais, tanto da capital, quanto do interior do Estado. A nova tecnologia de gestão tem por objetivo controlar as contratações, evitando, dessa forma, compras desnecessárias, que representam um desperdício de verba para a administração da máquina pública. As compras públicas estaduais somam anualmente mais de R\$ 4 bilhões, de acordo com o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (Sicofi).

Os gestores responsáveis pelas áreas de compra e contratação em cada uma das unidades administrativas do Estado terão três meses e meio, a contar de 4 de outubro deste ano, para informar diretamente ao Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (Simpas) os itens a serem adquiridos para consumo no exercício de 2014. Entre as informações requisitadas estão todas as especificações técnicas dos produtos e serviços a serem contratados, além da descrição sobre quantidade e consumo por período. No Simpas, já estão registrados mais de 42 mil itens de materiais e 24 mil de serviços.

A base de dados para as compras terá como referência as contratações do ano anterior, cabendo ao gestor fazer as devidas adaptações para o exercício de 2014. Com o planejamento de compras, o Estado saberá com antecedência quanto deverá despendar em aquisições de custeio num exercício. De acordo com o secretário de Administração em exercício, Edelvino



Góes, o planejamento antecipado das compras vai facilitar a gestão efetiva delas. “O Estado começará a ter uma visão geral do que é necessário para a sua manutenção, passando a ter o controle real sobre tudo que consome”, informou.

O secretário explicou ainda que o órgão que não executar o seu planejamento de compras será punido, pelo bloqueamento da rotina de geração de requisições de materiais e serviços, até que cumpra com essa obrigação. A portaria que determina as novas regras define ainda que as aquisições não previstas no planejamento de compras e contratações somente serão realizadas depois de análise técnica e de autorização da Saeb. Atualmente, materiais de escritório e de limpeza, alimentos e produtos de informática são os itens mais demandados pelos órgãos da administração estadual.



SHUTTERSTOCK.COM



ASCOM/SAEB-BA

A nova tecnologia visa evitar compras desnecessárias

“Mais que uma ferramenta de controle, o planejamento de compras é um mecanismo de gestão pública eficiente, que precisa ser alimentado com ações rotineiras dos gestores públicos em cada uma das unidades administrativas do Estado”, comentou Góes, lembrando que a iniciativa repercute no dia a dia de trabalho de escolas, delegacias, unidades hospitalares, diretorias administrativas de todas as secretarias de Estado, empresas públicas e autarquias.

Até o ano passado, o planejamento de compras era realizado por planilhas enviadas à Saeb. A criação do sistema na plataforma do Simpas vai ser sistematizada, acelerando o procedimento. Tomando por referência a padronização dos pedidos, uma base de dados vai orientar a contratação por meio do Registro de Preço (RP). As informações devem apontar, com mais propriedade, quais produtos e serviços foram mais solicitados em todo o Estado, o que vai determinar sua contratação via RP.

De acordo com Góes, o ajustamento do planejamento de compras terá impacto positivo sobre a gestão da máquina pública estadual. Com a sistematização, a expectativa é que as aquisições públicas possam ser acompanhadas com maior proximidade, conferindo mais controle e detalhamento aos procedimentos, além tornar os contratos mais transparentes. Criada para auxiliar a controlar o custeio do Estado, a medida está alinhada com as ações administrativas instituídas pelo Decreto Governamental nº 14.710, de 14 de agosto de 2013.

O planejamento de compras vai priorizar ainda a utilização do Registro de Preço, que simplifica a contratação dos serviços e produtos mais consumidos pela máquina pública, garantindo custos mais baixos para o Estado. Graças a um serviço mais transparente e rápido, o RP garantirá economia aos cofres públicos e dispensará a estocagem de produtos.

NOVO MODELO DE PREVIDÊNCIA DO CEARÁ É REFERÊNCIA NACIONAL

A Assembleia Legislativa cearense foi a quarta casa do Brasil a aprovar um projeto semelhante aos apresentados por São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo

■ POR LUIZ PEDRO NETO/ SEPLAG-CE



DIVULGAÇÃO

Sistema adotado pelo Ceará é aclamado pelo Ministério da Previdência

Decorrido mais de um ano de discussões com deputados estaduais e servidores públicos do Estado, efetuadas por meio da Mesa Estadual de Negociação Permanente (Menp) e de audiências públicas, o Governo do Estado do Ceará encaminhou, em fevereiro deste ano, para análise e votação na Assembleia Legislativa, o projeto de lei da nova Previdência do Estado. No início de setembro último, a matéria foi a plenário para discussão final e votação, tendo sido aprovada por 32 votos a favor e nove contra. A Assembleia Legislativa cearense foi a quarta casa do País a aprovar um projeto de lei semelhante aos apresentados pelos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

A partir de janeiro de 2014, a Previdência do Estado passa a ter uma nova formatação. No Plano de Custeio Financeiro dos atuais servidores efetivos e daqueles que ingressarem no serviço público até 31 de dezembro deste ano, não haverá nenhuma alteração, ou seja, permanece o sistema de repartição com o Estado, que continuará a financiar o necessário para cobrir o déficit.

Para os que tomarem posse a partir de 1º de janeiro de 2014, foi instituído um Plano de Custeio Previdenciário, que não é de repartição, mas de capitalização. Esses futuros servidores passarão a contribuir para esse Fundo Previdenciário, iniciando a capitalização de recursos para a aposentadoria. A nova formatação é acresci-



Com mais de um ano de debate, o Estado chegou ao modelo ideal de Previdência

da de uma proposta de Previdência Complementar, que é opcional. No caso dos servidores que recebem acima do teto de R\$ 4.159,00, o Estado garante um aporte na razão de 1 para 1, até 8,5%.

A situação dos militares não sofre qualquer alteração, nem para os atuais, nem para os futuros servidores da carreira. É um Plano de Custeio Financeiro com o Estado, que garante o que for necessário para custear os benefícios.

Para o secretário do Planejamento e Gestão do Ceará, Eduardo Diogo, a determinação do governador Cid Gomes e a aprovação da Assembleia representam “um marco histórico. Muito mais que uma ação de governo, representa uma visão de Estado. Um Estado que se organiza para ser sustentável a longo prazo, assegurando boas condições aos seus servidores e contínua melhoria na qualidade dos serviços prestados aos seus concidadãos”.

O assunto também foi tratado pelo secretário da Seplag, ao ser recebido no último dia 25 de setembro pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, a quem entregou a nova Lei de Previdência dos Servidores Públicos do Estado. Durante o encontro, o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência, Leonardo Rolim, destacou que o modelo aprovado pelo Ceará é considerado referência, já que garantirá o equilíbrio financeiro integral do sistema previdenciário a médio e a longo prazo. O Estado do Ceará garante isso pela instituição de dois fundos previdenciários: um regime próprio até o teto da Previdência, que é hoje de R\$ 4.159,00, e uma Fundação de Previdência Complementar destinada aos servidores que recebem um valor superior àquele.

“O modelo adotado pelo Ceará realmente resolve o problema da Previdência”, disse Rolim. Na avaliação do secretário Eduardo Diogo, a aprovação do projeto teve

dois aspectos importantes: o apoio dado pelo governador Cid Gomes à aprovação da nova lei e o fato de o governo ter seguido todas as orientações do Ministério da Previdência para chegar ao que seria o modelo ideal a ser adotado pelo Estado.

Para o secretário de políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Mariz, que também esteve presente ao encontro, este é um bom momento político para que os estados instituem regimes de Previdência Complementar para seus servidores, depois da discussão já iniciada no âmbito federal, que foi responsável pela implementação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

“O Ceará está aproveitando o bom momento político para que se aprove a Previdência Complementar também lá. Qual é o efeito disso? O futuro previdenciário do Estado. O Ceará também ganha um novo redesenho, ganha um futuro menos oneroso, tendendo a um superávit e a um equilíbrio, o que é muito bom para todo e qualquer cidadão daquele Estado”, explicou Jaime Mariz.

A discussão em torno de uma nova proposta para a Previdência do Estado teve início há um ano e quatro meses, na reunião da Mesa Estadual de Negociação Permanente (Menp), realizada em 16 de abril de 2012. “Ao longo desse período, tivemos vários encontros e debates, inclusive na Assembleia, com a participação de deputados”, reforçou Eduardo Diogo.

“A realidade obriga o Estado a adequar-se à legislação federal, evitando correr o risco de inadimplência, ficando sem condições de celebrar convênios e obter financiamentos. Além de nos adequarmos à legislação federal, atendemos também ao novo ordenamento jurídico do Estado”, concluiu o secretário do Planejamento e Gestão do Estado.



DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

GDF investe na valorização do servidor público por meio de sua participação na formulação e na gestão das políticas públicas

■ POR TÂNIA ROCHA/SEAP-DF

Quando a Constituição Federal foi aprovada, em 1988, já se debatia a regulamentação da negociação coletiva dos trabalhadores do setor público. Essa discussão resultou na consolidação da Convenção nº 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que cria regras e procedimentos para a sindicalização e a negociação coletiva de servidores públicos.

Posteriormente, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.944, de 6 de março de 2013, propôs uma nova estrutura negocial do sindicalismo do setor público.

Com base nesse decreto, o Governo do Distrito Federal, ao tomar posse em janeiro de 2011, assumiu o compromisso de criar e desenvolver os instrumentos necessários para viabilizar o processo negocial. Nesse sentido, o governo tem promovido cursos de formação continuada de agentes ligados à gestão de pessoas, a fim de incentivar, entre os gestores públicos, uma cultura política.

Além disso, o GDF, em pouco mais de dois anos, fez mais de 24 mil contratações de servidores públicos, sendo mais de 14 mil para a área de saúde pública e mais de 6 mil (professores) para a área de educação. Tudo isso sob a égide da transparência e do controle dos gastos e investimentos públicos, e do respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. A prioridade dos investimentos concentrou-se nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

Seguindo essa linha de avanço na gestão pública, no primeiro ano de governo da atual gestão, o GDF enviou à Câmara Legislativa uma proposta que consolidou várias leis em um único regime jurídico dos servidores públicos civis. Com a unificação do texto legal, o Distrito Federal passou a ter o mais moderno regime jurídico do país. Além disso, em 2011, aprovou uma lei que

CARLOS ALBERTO



Posse de enfermeiros em Brasília

estabelece novas normas para os concursos públicos, e, no início de setembro de 2013, foram aprovadas mais de 25 leis, que reestruturaram todas as carreiras e as remunerações de todos os servidores públicos do Distrito Federal.

Com essas medidas, foi valorizado o trabalho do servidor público, por meio de sua participação na formulação e na gestão das políticas públicas, garantindo-se, com isso, seu compromisso com os resultados a serem alcançados.

Programa Gestão Pública por Desempenho

Como decisão política fundamental, com vista à democratização das relações de trabalho, a Secretaria



CARLOS ALBERTO



de Administração Pública do Distrito Federal instalou a Mesa Permanente de Negociação – um programa fixo, composto por uma Mesa Central, Mesas Setoriais, Grupos Técnicos e uma Câmara Técnica da Administração Indireta.

Essa decisão respondeu a uma antiga demanda do movimento sindical do Distrito Federal: um

espaço, do qual fazem parte interlocutores dos trabalhadores e do governo, em busca da negociação dos conflitos trabalhistas.

A Mesa é formada por dez membros, sendo cinco representantes do Governo do Distrito Federal e cinco das entidades sindicais e respectivos suplentes. Estes últimos participam das reuniões apenas como substitutos dos titulares.

O Programa Gestão para Desempenho – Democratização nas relações de trabalho no âmbito do Distrito Federal foi um passo importante para o reconhecimento de que o diálogo e a negociação são os melhores meios para tratar os conflitos inerentes às relações de trabalho no GDF. Há, porém, um longo caminho pela frente, visando à instituição e à consolidação de instâncias, instrumentos e processos que formalizem compromissos recíprocos entre servidores ou empregados públicos e o Governo do Distrito Federal.

“O diálogo e a negociação são os melhores meios para tratar conflitos inerentes às relações de trabalho”

ESPÍRITO SANTO IMPLANTA, EM 2014, A NOVA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

O investimento chega a R\$ 156 milhões em ações de valorização dos servidores, com prioridade para o alinhamento das carreiras

■ POR RAFAEL PORTO/SEGER-ES

Promover a qualidade de vida dos servidores, estimular a melhoria do serviço público e gerar resultados mais efetivos para a sociedade. É com esses objetivos que o Governo do Espírito Santo investirá, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), R\$ 156 milhões em ações de valorização dos servidores em 2014. Uma das metas do Governo é concluir o alinhamento das carreiras dos servidores públicos à Nova Política de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Estadual (NPGP).

Criada em 2012, a nova política beneficiou 25 mil servidores, entre os 35 mil efetivos em atividade. Até o final de 2014, serão 40 mil servidores dentro da NPGP – já incluídos os que entrarão por meio dos concursos públicos em andamento. Com as mudanças nos planos de carreira, o Governo do Espírito Santo investe na meritocracia, isto é, no reconhecimento do desempenho dos bons servidores, destacou o novo secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Pablo Rodnitzky.

“O profissional que busca qualificação, que inova no serviço público e que entrega um resultado melhor para a sociedade precisa ser reconhecido. A Nova Política de Gestão de Pessoas nos permite incentivar esses servidores, dando-lhes novas perspectivas de crescimento na carreira, ampliando o horizonte profissional e gerando mais satisfação no ambiente de trabalho. É, acima de tudo, uma mudança conceitual”, enfatizou Rodnitzky.

Alguns dos principais instrumentos previstos na Lei nº 637/2012, que instituiu a nova política no serviço público capixaba, são: avaliação de desempenho,

ASCOM/SEGER-ES



Charles Dias: profissionais mais valorizados

realizada anualmente para identificar oportunidades e possíveis melhorias para os servidores; promoção por seleção, um ciclo no qual os resultados apresentados e o desempenho contam como pontuação; e progressão por titularidade, que premia avanços na formação educacional dos profissionais.

Em 2012, primeiro ano deste modelo, o Governo do Espírito Santo investiu mais de R\$ 90 milhões no alinhamento das carreiras e nas demais ações de valorização, iniciando o trabalho com os servidores da Secretaria de Estado da Saúde. Em 2013, o projeto segue a todo vapor. Até o final deste ano, a quantia empregada nos



Pablo Rodnitzky: política de reconhecimento

alinhamentos chegará a R\$ 190 milhões, com previsão de 44 órgãos beneficiados.

No próximo ano, outros nove serão alinhados ao novo sistema. Para o subsecretário de Inovação na Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Charles Dias de Almeida, os resultados do trabalho são positivos para os servidores públicos e para a população capixaba.

“O maior ganho que o servidor possui agora é conhecer as regras do jogo. A criação da Nova Política permite ao trabalhador identificar e executar tudo que depende dele mesmo para evoluir na carreira. Como consequência, esperamos uma melhoria na qualidade dos serviços entregues à população, porque teremos profissionais mais motivados e reconhecidos por seu bom trabalho”, detalhou Charles.

Uma das beneficiadas pela ação é a assistente social Hildeneia Ribeiro Patrício, 49 anos. Servidora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) há 27 anos, Hildeneia defende que a mudança trouxe valorização para os profissionais. “Fiz uma especialização e antes não tinha perspectiva de melhoria. Com o novo plano de carreira, conseguirei progredir na profissão”, argumentou.

Excelência no serviço público

Outra ação da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos para a melhoria do serviço

público capixaba é a ampliação da Rede Faça Fácil, modelo de atendimento ao cidadão que concentra mais de 400 serviços, oferecidos por 16 órgãos, em um só lugar. A primeira unidade em terras capixabas, lançada em Cariacica há três anos, já alcançou quase 4 milhões de atendimentos e 98% de aprovação.

Pensando nisso, o Governo do Espírito Santo, por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) inédita no Estado, construirá três novas unidades fixas e implantará duas unidades móveis no interior. Com as fixas, serão beneficiados moradores de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Estado, Colatina, ao norte, e Serra, cidade da Grande Vitória.

As duas unidades móveis circularão no extremo interior, conforme a demanda apurada junto às prefeituras. A meta da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos é chegar ao final de 2014 com toda a Rede Faça Fácil em funcionamento, levando a todos os capixabas o padrão de excelência no atendimento.

Tamanha qualidade permitiu alcançar novos recordes neste ano: o Faça Fácil Cariacica atingiu 10.212 atendimentos, realizados no dia 9 de abril, superando em 16% a marca anterior, de 8.781 atendimentos, registrada em 2012. A média de atendimentos diários chega a 6 mil usuários.

VAPT VUPT É REFERÊNCIA EM SERVIÇOS DE QUALIDADE AO CIDADÃO GOIANO

Implantado há 14 anos, o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão de Goiás registra 99,5% de satisfação por parte dos usuários

■ POR MARIZA SANTANA/SEPLAN-GO

Agilidade, eficiência e qualidade são as marcas do Vapt Vupt de Goiás, o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão, implantado há 14 anos pelo Governo estadual, que já se consolidou como referência na prestação de serviços públicos de qualidade ao cidadão goiano. Todas as 44 unidades fixas, espalhadas na capital e em diversos municípios no interior do Estado, alcançaram índice médio de 99,5% de satisfação dos clientes. Conhecido apenas como Vapt Vupt, o programa consiste em oferecer, num mesmo local, serviços prestados por vários órgãos públicos e entidades, para que o cidadão não precise se deslocar para vários lugares quando precisar, por exemplo, de tirar carteira de identidade, carteira de motorista, passaporte ou título de eleitor.

Esses excelentes números da aprovação popular, apesar de garantirem uma confortável situação ao Governo goiano, não aquietaram a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan-GO), responsável pelo gerenciamento do programa. Segundo o titular da pasta, o economista Giuseppe Vecchi, “o Vapt Vupt é a vitória do planejamento e da modernidade, resultado da melhoria contínua dos processos. Mas essa aprovação impressionante também traz um grande desafio, que é permanecer com essa excelência e a aprovação dos goianos”. Para se manter nesse rumo, segundo Vecchi, “é necessário promover a transformação, perseguir a inovação e a modernização”.

Com esse foco, a Segplan começou a implementar, a partir do mês de outubro de 2013, um Projeto de Inovação e Modernização em todo o programa Vapt Vupt. Uma das novidades é o Vapt Vupt Digital, que oferece a prestação de serviços por meio de dispositivos móveis conectados à internet, como celular e tablet. Outra inovação foi a im-

plantação de guichês de multiatendimento, chamado de *@atende+*, que consiste na integração de serviços em um mesmo guichê, com o objetivo de otimizar o atendimento aos usuários, com a consequente redução do tempo de espera, do índice de desistência e dos custos para os cofres públicos.

A secretaria também está promovendo outras melhorias nas unidades, com a reforma das instalações e a aquisição de modernos equipamentos, com a expansão da rede e a intensificação das jornadas de atendimento itinerante em cidades do interior de Goiás. Outro projeto em estudo é a criação de unidades segmentadas para atender a públicos diferenciados, como idosos e deficientes. Todas essas ações visam perseverar na busca contínua pela melhoria da produtividade e da excelência dos serviços prestados à população goiana.

Sistema Digital

O Vapt Vupt Digital, que começou a funcionar no mês de outubro, é uma das mais modernas ferramentas de atendimento por meio de plataforma virtual.



Posto do Vapt Vupt: melhoria contínua dos processos

DIVULGAÇÃO/SEPLAN-GO

Vapt Vupt em números

- Mais de 88 milhões de atendimentos
- Aproximadamente 1 milhão de atendimentos mensais (julho/2013)
- Mais de 3 mil colaboradores (efetivos, comissionados e terceirizados) atuando diretamente para atender ao cidadão
- 44 unidades de atendimento
- Presente em 26 municípios goianos
- 99,5% de índice de satisfação do cliente

Com ele, meio dele, cerca de 60 serviços podem ser realizados por meio digital, ou seja, os usuários podem acessá-los em um tablet, smartphone ou outro dispositivo móvel conectado à internet. O novo serviço abrange aquele público que tem crescido exponencialmente e está utilizando cada vez mais a tecnologia da informação na hora de resolver as questões do seu cotidiano. “Com certeza, no futuro, a grande demanda pelo atendimento do Vapt Vupt não será mais realizada em unidades fixas, mas eletronicamente, e o Governo de Goiás precisa estar preparado para acompanhar as mudanças na sociedade”, ponderou o secretário Vecci.

Outra meta do Projeto de Inovação e Modernização do Vapt Vupt é a instalação de 21 novas unidades fixas e mais 20 condomínios Vapt Vupt, que reunirão, em um mesmo espaço físico, os escritórios de representação de órgãos públicos no interior. Instalados em cidades com menos de 30 mil habitantes, eles terão o mesmo padrão de excelência dos serviços prestados na capital. A ideia, destacou Giuseppe Vecci, é capilarizar o Serviço de Atendimento ao Cidadão, tornando-o uma rede de atendimento capaz de abranger o maior número possível de cidadãos goianos. Ele acrescentou que a meta é, até dezembro de 2014, atingir cerca de 70 unidades na capital e no interior do Estado. Atualmente, são 44 unidades fixas em atividade.

O padrão de excelência também está sendo levado a outros órgãos públicos. A Segplan está promovendo a reforma, a adequação e a atribuição do certificado de Padrão de Atendimento Vapt Vupt às recepções de cinco Delegacias de Polícia de Goiânia e de três no interior (uma em Anápolis e duas em Aparecida de Goiânia). Atualmente, já funcionam unidades-padrão do Detran e do Sine. Outra ação são as Jornadas de Atendimento Vapt Vupt Itinerante, que levam todos os

serviços do programa para municípios que não têm sequer uma unidade, os quais funcionam durante dois dias por semana.

Outra novidade implantada é o multiatendimento, sistema em que todos os servidores da unidade estão preparados para atender a qualquer demanda do usuário, dentro do leque de serviços oferecidos na unidade. Assim, não serão mais feitos encaminhamentos a guichês individuais de serviços. O projeto piloto de multiatendimento começou integrando serviços de cinco órgãos públicos: Detran, Ipasgo, Segplan, Segurança Pública e Procon. De acordo com o secretário Giuseppe Vecci, “paulatinamente, o @atende+ será estendido a todas as unidades, levando vantagens tanto para o cidadão, que ganhará de imediato com a redução do tempo de espera, quanto para o Estado, que terá seus custos operacionais reduzidos”.

Histórico

Criado em outubro de 1999 com o objetivo de ampliar o acesso do cidadão às informações e aos serviços públicos, visando proporcionar um atendimento diferenciado, rápido e eficaz, com qualidade, eficiência e produtividade, o Vapt Vupt conta com 839 tipos de serviços prestados por mais de 70 órgãos públicos e entidades privadas. A primeira unidade foi inaugurada em um shopping situado na divisa dos municípios da Grande Goiânia. Com enorme aceitação por parte da população, a rede de unidades fixas expandiu-se de forma espetacular.

De acordo com levantamento da Superintendência de Vapt Vupt e Atendimento ao Público da Segplan, os serviços mais demandados pelos usuários são: emissão da guia de IPVA e serviços da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), confecção da carteira de identidade, de passaporte e da carteira de trabalho, e requerimento do seguro-desemprego. As unidades Vapt Vupt também oferecem serviços dos seguintes institutos: Ipasgo, Celg, Saneago, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e até mesmo fazem a emissão de passaporte pela Polícia Federal.

Os usuários confirmam que o serviço integrado tem facilitado a vida deles. A auxiliar de limpeza Kênia Maria Barbosa aplaudiu a inauguração de mais uma unidade na periferia da capital. “Antes, a gente tinha de ir até o Centro da cidade, em busca dos serviços públicos. Agora, ficou mais perto; não preciso sair do setor, gastar dinheiro e tempo”, afirmou.



O NOVO E CONTEMPORÂNEO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MARANHÃO

Segep apresenta o projeto vencedor do Concurso Público Nacional de Arquitetura para a nova estrutura do Centro Administrativo do Estado

■ POR LISIANE COSTA/SEGEP-MA



ASCOM/SEGEP-MA

O novo complexo concentrará todos os órgãos da administração estadual

A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep) e o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Maranhão (IAB/MA) – apresentaram, no dia 8 de agosto, o projeto vencedor do Concurso Público Nacional de Arquitetura do Novo Centro Administrativo do Estado do Maranhão. Promovido pela Segep e coordenado pelo IAB/DF, com o apoio do IAB/MA, o concurso, aberto em abril deste ano, recebeu 38 projetos, por parte das 64 inscrições homologadas.

A Segep instituiu a concorrência pública para a seleção de estudo preliminar e posterior contratação de projetos executivos de arquitetura e complementares, visando à construção do Centro Político e Administrativo do Estado do Maranhão. O concurso pretende buscar o reordenamento do complexo de edifícios e sua adequação aos princípios de segurança, conforto e salubridade.

Segundo o secretário Fábio Gondim, o certame representa um momento importante para o Estado, porque, além de oferecer uma solução arquitetônica para um dos projetos governamentais em execução, inaugurou um procedimento que ainda não havia sido experimentado pelo Executivo estadual, que é a questão do concurso público para projeto arquitetônico.

Ele explicou que a opção pelo concurso também visou ampliar a discussão conceitual, urbanística e arquitetônica para abrigar, de forma otimizada e sustentável, os diversos segmentos do Poder Executivo do Estado. “Estamos certos que o resultado final será uma edificação contemporânea, despojada de ostentações, eficiente no uso e agradável à contemplação, que permita ao Estado modernizar as relações com servidores, fornecedores e o cidadão”, afirmou Gondim.

O gestor da Segep informou que, além de criar novas instalações, melhorar a paisagem urbana e oferecer novos equipamentos aos servidores, com a finalidade de lhes propiciar um ambiente de trabalho mais confortável, o novo Centro vai concentrar todos os órgãos da administração estadual num mesmo local, permitindo, assim, uma maior integração entre eles, imprimindo mais velocidade ao trâmite dos processos, reduzindo custos de manutenção e operação, e melhorando a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. “É isso que esperamos alcançar, objetivamente, com esse concurso e a execução desse projeto: mais eficiência da máquina pública e significativa economia ao Tesouro do Estado. Um estudo da Secretaria calcula que a centralização da gestão deve gerar uma economia anual



O projeto vencedor é do Studio Arthur Casas

de aproximadamente 4 milhões de reais. Além disso, haverá redução de despesas e serviços administrativos”, ressaltou Fábio Gondim.

O projeto vencedor do concurso foi o apresentado pelo Studio Arthur Casas, de São Paulo, que se destacou, conforme a comissão julgadora, pela adoção de um partido arquitetônico consistente, que confere ao Complexo Administrativo do Estado do Maranhão (CAE) grande representatividade, sobretudo um expressivo valor simbólico. A proposta da equipe paulista revela, com propriedade, o caráter institucional público indispensável à natureza do CAE. Sugere, ademais, a articulação dos edifícios por meio da criação de uma praça cívica que configura um espaço gregário delimitado, no seu embasamento, por uma peça arquitetônica que define a modinatura, isto é, as diferentes



molduras de uma construção, e presta-se, igualmente, como um elemento de transição entre as áreas internas e externas do complexo.

Além do trabalho vencedor, os demais projetos finalistas do Concurso Público Nacional de Arquitetura do Novo Centro Administrativo do Estado do Maranhão continuam disponíveis no site www.novocentroadministrativoma.arq.br.





GESTÃO POR PROCESSOS DE MINAS AMPLIA EFICIÊNCIA POR RESULTADOS

Desde 2003, foram otimizados mais de 300 processos de negócios em cerca de 50 órgãos e entidades de Minas Gerais

■ POR VANÚSIA DUARTE/SEPLAG-MG

Neste ano de 2013, o Governo de Minas completa 10 anos de choque de gestão – conjunto integrado de políticas orientadas para o desenvolvimento do Estado, que tem como legado o modelo de governança, a meritocracia, a política de resultados e o incentivo aos bons servidores e às boas práticas. Ao longo dessa década, várias iniciativas foram adotadas e aprimoradas, permeadas pelo controle da qualidade do gasto. Entre elas, ganhou força, em especial a partir de 2011, a Gestão por Processos.

O diretor da Superintendência Central de Governança Eletrônica, Rodrigo Diniz, destacou que, no contexto de estruturação do Estado em redes de desenvolvimento integrado, o ato de avaliar, otimizar e gerenciar as atividades de forma integrada e sistêmica tornou-se fundamental. E esclareceu: “A Gestão por Processos contribui para o alcance desse objetivo graças à ampliação da visão dos gestores para além daquela simplesmente funcional. A visão passa a ser voltada para as cadeias integradas de agregação de valor para os cidadãos, por meio da entrega de serviços públicos de qualidade”.

A diretora central de Políticas de Otimização de Processos, Vanice Ferreira, explica como a Gestão por Processos avançou ao longo desses dez anos. Segundo ela, em 2003, foi criada uma unidade central voltada para a otimização de processos. Até 2007, a central foi importante para a execução de iniciativas pontuais, como a reestruturação da unidade de perícias médicas, que resultou na redução de 15% do custo com afastamento de trabalho e contratação de substitutos.

De 2007 a 2011, esse modelo evoluiu para um maior



Rodrigo Diniz: estrutura de governo favorável

alinhamento com os objetivos do Governo, por meio da otimização de processos que provocavam impacto nas metas pactuadas no Acordo de Resultados ou em Projetos Estruturadores.

“O amadurecimento da Gestão por Processos atingiu seu ápice em 2011, com a reestruturação da carteira estratégica de Governo, composta por Programas Estruturadores, que passaram a ser formados não só por Projetos, mas também por Processos Estratégicos”, complementou Vanice.

Com a inserção dos Processos Estratégicos na carteira, foi possível atingir uma gestão ainda mais diferenciada e profissionalizada. Os processos estratégicos garantem a manutenção e uma contínua melhoria da

ASCOM/SEPLAG-MG



Vanice Ferreira: redução do tempo de atendimento

prestação de serviços públicos, por meio da gestão e da otimização do trabalho.

Resultados práticos

Desde 2003, foram otimizados mais de 300 processos de negócios em cerca de 50 órgãos e entidades de Minas Gerais, com resultados práticos. Entre eles, merecem destaque: o alinhamento das informações disponíveis para os cidadãos – a exemplo da otimização de cerca de dez serviços prestados pelo Detran/MG, com o alinhamento das informações dadas presencialmente, nos sites e por meio do serviço de teleatendimento –, a maior clareza na definição de atribuições entre as unidades dos órgãos e a redução de prazos para a emissão de documentos. O prazo para a emissão da carteira de identidade, por exemplo, caiu de cinco para dois dias úteis.

“O alcance de uma visão mais sistêmica dos processos, com foco nas necessidades dos cidadãos e a utilização de avaliação de satisfação como *feedback* para uma contínua melhoria dos serviços prestados, também são requisitos diretos da aplicação da metodologia”, confirmou Vanice.

Vanice citou ainda a utilização de indicadores de desempenho e resultados, de metas e de um efetivo monitoramento, além da ampliação do controle e da segurança das informações para subsídio à tomada de decisão, da padronização de procedimentos críticos, da redução do tempo médio de espera nas unidades de atendimento, da prestação de um volume maior de serviços via web e do aperfeiçoamento do atendimento eletrônico prestado ao cidadão.

Capacitação

O fortalecimento da gestão por processos inclui ações de treinamento. Somente neste ano, 300 servidores foram capacitados nesse tema, em quatro modalidades de cursos oferecidos de forma gratuita. “Dessa forma, conseguimos multiplicar o conhecimento sobre a gestão por processos nos órgãos e nas entidades, e ampliar a capacidade de o Governo atuar na simplificação e na otimização dos processos, e também na melhoria dos serviços públicos”, ressaltou Vanice.

Adotar a visão por processos como uma nova perspectiva de apoio à gestão pública é um grande avanço, e igualmente desafiador. De acordo com Rodrigo Diniz, trata-se de uma mudança de postura, na qual a responsabilização local pelas próprias atividades é complementada pela corresponsabilização pelos resultados gerados, pelo desempenho global e pelos serviços prestados.

“A efetiva implantação de uma nova forma de trabalhar e executar atividades, eliminando desperdícios e retrabalhos, e agregando mais valor, conforme o foco do cidadão, depende do empenho dos envolvidos, mas também da criação de uma estrutura de governança que a favoreça”, destacou Diniz. Nesse sentido, o desenvolvimento de competência e cultura em gestão e a otimização de processos em gestores e servidores públicos são fundamentais para que a gestão para resultados se sustente.

CARTEIRA DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO DE MINAS GERAIS - 2013	
Gestão e Operação de Unidades de Atendimento Integrado - UAI	Ampliação da Cobertura Populacional do Programa Saúde da Família - PSF
Consolidação e Aprimoramento do Sistema Estadual de Direitos Humanos	Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada e não Pavimentada
Gestão da Política de Integração do Sistema de Defesa Social	Gestão e Operação da Cidade Administrativa
Promoção, Atração e Retenção de Investimentos	Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas
Gestão da Frota - Polícia Civil	Programa de Intervenção Pedagógica - Ensino Fundamental - PIP/EF
Atendimento aos Idosos (Mais Vida)	Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Desenvolvimento do Comércio Exterior Mineiro	Gestão Terceirizada da Frota - Polícia Militar
Atendimento às Urgências e Emergências no Estado	Custódia e Ressocialização de Presos
Prevenção e Atendimento a Pacientes com Hipertensão	Construção de Habitação de Interesse Social
Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei	Gestão do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional - PEP
Banco Travessia	Provimento e Gestão da Educação Básica
Prevenção à Criminalidade e à Violência	Viva Vida - Atenção a Gestantes e Crianças
Gestão da Política Hospitalar	SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação Educacional
Ampliação e Aprimoramento do Poupança Jovem	Modelagem e Implantação da Rede de Atenção em Saúde Mental
Governança em Rede	Gestão da Política Hospitalar
Gestão da Infraestrutura do Sistema Estadual de Educação	Alimentação Escolar
Rede Complementar de Suporte Social e Atenção ao Dependente Químico: Prevenção e Tratamento do Consumo de Alcool e outras Drogas	Saneamento Básico - COPASA
Aquisição, Armazenamento e Distribuição de Medicamentos	Minas Legal

GOVERNO DO PARÁ REESTRUTURA CARGOS E CARREIRAS

Projeto, com duração de dez meses, recebeu a consultoria do Instituto Publix

■ POR RENAN MALATO/SEAD-PA

Em tempos de crise fiscal e financeira para a maioria dos Estados da Federação, e intensa manifestação pública da sociedade, nela incluídas as categorias de servidores públicos estaduais – a maioria reivindicando um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) –, o Governo do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração (Sead), está em via de conclusão de um trabalho que dimensiona a força de trabalho no Estado, define os cargos e as carreiras estatais e estabelece diretrizes para a elaboração dos PCCRs.

O Projeto de Reestruturação de Cargos e Carreiras do Estado, que recebeu a consultoria do Instituto Publix, se dá no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão do Distrito Federal e dos Estados Brasileiros (Pnag) e integra o conjunto de ações do Modelo de Gestão por Resultados do Governo do Pará. “Este é um dos projetos mais estruturantes para a área de gestão de pessoas no âmbito do Estado do Pará”, comentou a secretária de Estado de Administração, Alice Viana.

Um dos motivos para essa reestruturação é a data da atual lei em vigência – 1976 –, que instituiu o Regime Jurídico Único e define os direitos, os deveres, as garantias e as vantagens dos servidores públicos civis do Estado, das autarquias e das fundações públicas. As nomenclaturas utilizadas ainda são antigas, como “mecanógrafo”.



Alice Viana: modernização da gestão

ASCOM/SEAD-PA



ASCOM/SEAD

O quadro funcional do Instituto de Assistência foi o pioneiro

Compreendendo nove etapas, distribuídas ao longo de um período de dez meses, que se iniciou em março deste ano, o trabalho foi direcionado às setoriais dos 75 órgãos da Administração Estadual, contempladas com oficinas e workshops. O quadro funcional do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (Iasep) serviu como piloto das atividades do projeto, recolhendo dados das atribuições dos cargos efetivos que foram usados como base para a obtenção das informações necessárias.

Etapas – O plano de trabalho e uma reunião de planejamento corresponderam à primeira etapa. Posteriormente, elaborou-se um diagnóstico situacional, com o levantamento da legislação e de outros documentos que contribuísssem para a identificação das políticas de gestão de pessoas vigentes. Por meio da análise e da avaliação do marco legal normativo, foram identificadas semelhanças e diferenças entre diversos atos, e destacados os principais pontos que podiam ser objetos de melhoria.

A etapa que tratou especificamente dos PCCRs fez um levantamento das atribuições dos cargos efetivos

dos órgãos e das entidades, e foram definidas as diretrizes para a elaboração e a estruturação dos planos. Os anteprojetos de lei estão sendo validados, para posteriormente serem encaminhados ao governador do Estado do Pará, Simão Jatene.

Os primeiros beneficiados

O PCCR dos trabalhadores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado (Adepará) já está tramitando na Assembleia Legislativa do Estado (Alepa). O plano, que é fruto da mesa permanente de negociação – estabelecida pelo Governo do Pará em janeiro de 2011 – e foi criado com base nesse projeto de reestruturação de cargos e carreiras do Estado, representa um significativo avanço para os servidores, ao instituir o enquadramento na carreira, a gratificação de titulação e a de produtividade com base na arrecadação da agência.

Para Alice, a maioria das reivindicações por um PCCR foge do real sentido de um PCCR. “Um plano de carreiras não é para criar gratificações e somar mais valor na remuneração dos servidores, mas, sim, para estruturar a carreira, organizar um sistema de promoção e um padrão de remuneração compatível com as receitas do Estado”, ponderou.

“Atualmente, todos os Estados brasileiros vivem o grande desafio de fazer política de gestão de pessoas considerando a crise fiscal e financeira, que requer um alto grau de alinhamento, políticas inteligentes e, de fato, um planejamento estratégico estruturado, para que não provoque um desequilíbrio nas contas públicas”, destacou Viana.

Entre os desafios pontuados pela secretária, estão: o quantitativo de servidores que vai se aposentar nos próximos cinco anos (cerca de 15 mil); a oferta de 40 concursos públicos nos últimos quatro anos, que não foram suficientes para atender às necessidades geradas; o aumento da demanda por novos servidores; a falta de uma metodologia consistente que permita definir a demanda de pessoal por órgão ou entidade; e a perda dos recursos advindos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

“O principal objetivo deste trabalho é consolidar de fato um modelo que seja capaz de introduzir, na Administração do Estado, o conceito da profissionalização, da capacitação permanente, como uma atividade perene, que vai de fato promover a melhoria da qualidade da prestação de serviços no âmbito do Estado”, concluiu a secretária.

FORMAÇÃO PESSOAL E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Escola de governo do Paraná investe em curso de mestrado e oficina de estímulo ao potencial criativo

■ POR EVANDRO FADEL/SEAP-PR

O Governo do Paraná, por meio da Escola de Governo, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap), vem investindo na capacitação profissional e na formação pessoal dos servidores públicos. Neste ano, pelo menos duas iniciativas chamaram a atenção: um curso de mestrado e uma oficina de estímulo ao potencial criativo.

“Os melhores quadros do Estado estão no Governo e temos de estimulá-los e valorizá-los cada vez mais”, afirmou a secretária Dinorah Botto Portugal Nogara. E completou: “Um servidor satisfeito, pessoal e profissionalmente, estará mais motivado para atuar em favor do Estado”.

Desta vez, o conceito do “servir com arte” ganhou nova dimensão. Em anos anteriores, o programa, que está na sexta edição, premiava contos, poesias, crônicas e fotografias realizadas por funcionários. Agora, oficinas artísticas e culturais itinerantes foram oferecidas para aprimorar o talento nas áreas de música, canto coral, teatro, cinema, dança, artes visuais, fotografia e introdução ao desenho.

O engenheiro-agrônomo Carlos Alberto Salvador, do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), inscreveu-se imediatamente. Durante uma hora e meia, nas tardes de quinta-feira, ele troca seu trabalho de análise dos números da produção agrícola paranaense por uma oficina de fotografia, na companhia de um grupo de cerca de 30 pessoas.

“O pessoal é bem animado, e há uma troca de infor-



mações”, afirmou Salvador, que é servidor público há 27 anos. Aproveitando as viagens que faz constantemente ao interior do Estado, para a avaliação de culturas agrícolas, ele fotografa o que lhe parece interessante e publica as fotos em informativos da secretaria. “Mas quero desenvolver a técnica; vai ser muito útil”, reforçou.

Ele é um dos cerca de 550 servidores públicos que aderiram ao programa, iniciado no segundo semestre deste ano, com 27 oficinas. O curso está disponível para 16 secretarias e órgãos do Estado. Nas oficinas, que duram dois meses, os alunos são divididos em grupos. “O objetivo é despertar o potencial criativo do servidor público para o ser, o fazer, o conhecer, o conviver e o compartilhar, como forma de desenvolver as competências individuais, o que causa impacto positivo na qualidade dos serviços prestados”, disse a gerente-executiva da Escola de Governo, Francine Wosniak.

O coordenador estadual de Saúde Bucal, da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), Léo Kriger, de 71



Carlos Alberto aproveita as aulas de fotografia

anos, vivenciou a fotografia desde criança. Seu pai era proprietário do Foto Brasil, um dos estúdios que foram referência nessa arte em Curitiba, no último século. Conheceu os retoques fotográficos, os trabalhos em chapa de vidro, o filme preto e branco e o colorido. Como professor universitário, fez muitas fotos bucais para slides. Mas somente agora começou a manusear a máquina digital, e sem precisar sair do ambiente de trabalho. “É uma maneira de me socializar, deixando um pouco o lado funcional e passando a conversar sobre algo que não é do trabalho”, comentou. “Essa é uma iniciativa fantástica”. A ação é realizada em parceria com a Faculdade de Artes e a Escola de Música e Belas-Artes do Paraná, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

MESTRADO

Além de colaborar com a formação dos servidores públicos, a Escola de Governo também tem sido estruturada para oferecer uma capacitação

CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS

- 200 servidores foram beneficiados em 2012 com bolsas integrais para pós-graduação em Gestão Pública.
- 200 vagas de residência técnica foram oferecidas em 2012, nas áreas de Engenharia e Arquitetura.
- 9.800 servidores foram certificados em 380 ações de capacitação.
- 890 gestores foram capacitados em Transferência de Conhecimentos.
- 11.200 servidores participaram de cursos na modalidade a distância, entre 2011 e 2013.
- 2.800 servidores participaram de palestras sobre questões de saúde, segurança e qualidade de vida.

específica. Uma das novidades é a implantação, em parceria com a Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), do primeiro curso de mestrado profissional em Políticas Públicas. A escola, que recebeu 80 inscrições, está selecionando os servidores para a primeira turma, que terá 30 classificados, cujos nomes serão conhecidos no dia 28 de novembro.

Entre os pré-requisitos para ser selecionado, está o efetivo engajamento do servidor em projetos inovadores de gestão, que devem ter continuidade depois da formatura. Nessa iniciativa, a Escola de Governo conta com a parceria da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde os alunos terão as aulas. Elas começam na primeira quinzena de maio de 2014 e serão realizadas nas tardes de sexta-feira e nas manhãs e tardes de sábado, durante 24 meses.

“As Escolas de Governo precisam ser concebidas e agir como instrumentos de transformação do setor público, no desenvolvimento de competências humanas e de técnicas gerenciais, na gestão do capital público e na inovação pela qualidade e pela sustentabilidade dos serviços”, disse Francine Wozniak.

A escola também oferece vários cursos durante o ano, na modalidade presencial, em salas de aula do antigo complexo do Banco do Estado do Paraná (Banes-tado), no Bairro Santa Cândida, em Curitiba. Os cursos também são levados ao interior, em parceria com as sete universidades estaduais, valendo-se da modalidade de ensino a distância.

ESTADO DO RIO INICIA PROJETO PARA CADASTRAR PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Estado fluminense utiliza tecnologia da informação para conhecer e regularizar seus imóveis, e enfrenta o desafio de registrar prédios históricos, alguns construídos na época do Império

■ POR LÚCIO SANTOS/SEPLAG-RJ

Em 23 de outubro de 1739, em Carta Régia enviada ao governador Gomes Freire, o rei de Portugal, D. João V, ordenou a compra de um terreno para a construção do Hospício dos Barbonos. Com base nesse título – localizado na Biblioteca Nacional – e na documentação que comprova a sucessão dominial no Estado do Rio de Janeiro em relação ao imóvel, a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) obteve o registro, em setembro de 2011, da propriedade do imóvel onde está instalado hoje o Quartel General da Polícia Militar, no Centro.

São com questões como essa, que envolvem a obtenção de documentação, até mesmo aquelas emitidas na época do Império, que a subsecretária de Patrimônio Imobiliário da Seplag, Cristina Lúcia Vianna, se depara para efetuar o registro de muitos imóveis, entre os 5 mil de propriedade do Estado, dos quais estão palácios, hospitais, escolas, batalhões, prédios, fazendas e até mesmo ilhas, como a de Brocoió, na Baía de Guanabara.

A finalidade desse trabalho é a le-

CLAUDIA ELIAS/SEPLAG-RJ



Estácio de Sá obteve registro na atual gestão

galização, a identificação, a valoração e a inclusão dos dados atualizados dos imóveis estaduais no Sistema de Patrimônio Imobiliário do Estado do Rio de Janeiro (Sispat-RJ), que possui 239 campos destinados à identificação física, jurídica e patrimonial. O sistema foi desenvolvido em 2008 e implantado em 2009, com a inclusão, naquele momento, de 50 imóveis devidamente atualizados e georreferenciados.

Com sua equipe técnica, a Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário iniciou, em 2009, o processo de atualização e legalização desse acervo patrimonial. Para ampliar esses esforços, o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa, decidiu utilizar recursos do Banco Mundial, por meio do Pró-Gestão, e realizar uma licitação internacional para fazer o inventário de até 4.880 imóveis.

A vencedora foi a empresa espanhola Ingeniería, Estudios y Proyectos NIP S.A. O contrato foi assinado em dezembro de 2011 para que, até dezembro de 2014, esse acervo imobiliário esteja no Sispat-RJ. Atualmen-



Maracanã, em 1949, ainda estava registrado em nome do Derby Club

te, o sistema já conta com 2.100 imóveis registrados.

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se capital federal em 1889. Em 1960, com a mudança da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara. O atual Estado do Rio de Janeiro originou-se em 1975, com a fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio, quando, então, foi criado o município do Rio de Janeiro. Com isso, muitos imóveis federais, estaduais e municipais se misturaram, sem que as partes pudessem saber exatamente a qual ente eles pertenciam. Cristina Lúcia Vianna explicou que é o Registro de Imóveis que determina quem é o proprietário. O problema é que, desde o Império, os imóveis não foram registrados, havendo apenas leis e decretos que amparavam a sucessão dominial.

Registro do Maracanã garantiu a reforma

Cristina Lúcia contou que, até 1983, o patrimônio imobiliário do Rio de Janeiro estava cadastrado em fichas. Naquele ano, foi desenvolvido, por um servidor do Estado, um sistema de banco de dados com 30 campos. As informações foram sendo incluídas no sistema, que identificou 8.150 imóveis. Muitos desses prédios, que não estavam registrados, na verdade foram construídos em vários terrenos ou casas desapropriadas no passado.

Um exemplo é a sede da Seplag, no Centro do Rio. O Edifício Estácio de Sá é resultado da desapropriação de 13 casas. Foi inaugurado em setembro de 1956, pelo presidente da República Juscelino Kubitschek e pelo governador Negrão de Lima, para ser a sede administrativa da Prefeitura do Distrito Federal. A desapropriação

foi paga, mas o registro da propriedade em nome do Estado só foi realizado recentemente.

O secretário de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa, citou que “a criação da Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário na Seplag teve como objetivo formar um órgão dedicado ao tema da gestão patrimonial, e o desenvolvimento do Sispat-RJ compactua com a ideia de se usar a tecnologia da informação como instrumento de modernização.”

Para o secretário, “o investimento em patrimônio se justifica tanto por ser um ativo que pode gerar valor público – pela venda de imóveis que não estejam sendo utilizados pelo Estado –, como por dar utilização a imóveis ociosos ou transferir esses imóveis a prefeituras que possam usá-los em atividades voltadas à prestação do serviço público.” Para isso, é preciso que os imóveis estejam devidamente registrados. O Estádio Mário Filho, o Maracanã, precisou ser regularizado para que o Estado pudesse obter os recursos necessários junto ao BNDES para a sua reforma. O monumento foi inaugurado em 1949, para a Copa de 50, mas até 2011 estava registrado em nome do Derby Club (antigo proprietário).

Para efetivar o processo de regularização da titularidade, além do detalhado trabalho de pesquisa cartorial, foi necessário fazer um estudo histórico sobre a ocupação urbana daquela região. Depois de reunida toda a documentação, o registro da propriedade do Estádio do Maracanã foi cumprido pelo 11º Ofício de Registro de Imóveis. Graças a esse trabalho, o Maracanã pode ser reformado para ser o palco da final da Copa das Confederações, em junho de 2013, e da Copa do Mundo, em 2014.

GOVERNO DE RORAIMA OFERECEU MAIS DE 2.500 VAGAS EM CONCURSO PÚBLICO

A busca por estabilidade, segurança e melhores salários atrai cada vez mais a população roraimense, que disputa vagas de nível médio e superior em várias áreas

■ POR CLÁUDIA OLIVEIRA



SHUTTERSTOCK.COM

Estado planeja posse de novos concursados para 2014

O governador José de Anchieta fez um balanço das principais ações do Governo em 2013, entre elas a da oferta de vagas em concurso público, em várias áreas. No total, foram oferecidas mais de 2.500 vagas, de janeiro até agora, pelo Governo de Roraima.

O primeiro concurso foi o da Polícia Militar, para o qual foram inscritos 15.202 candidatos, que concorreram a 300 vagas. Neste, a PM convocou mais de 600 aprovados.

Em seguida, o Estado ofereceu 150 vagas para o concurso do Corpo de Bombeiros, que foi disputado por mais de 6.132 pessoas. A corporação também abriu concurso para 25 vagas para o Curso de Formação de Oficiais Combatentes. Os aprovados entram na instituição como cadetes do 1º ano.

A busca por estabilidade, segurança e melhores salários tornou os concursos públicos cada vez mais concorridos.



O último concurso público da Sesau ofereceu mais de 1.786 vagas, quase o triplo do que em 2007



Estabilidade é um dos grandes atrativos do serviço público

Em Roraima, outros dois certames foram oferecidos no segundo semestre, com inscrições abertas para vagas na capital e nas cidades do interior. Os cargos são para a Secretaria de Estado da Saúde de Roraima (Sesau), com salários que variam de R\$ 755,62 a R\$ 11.958,27, e para a Universidade Estadual de Roraima (UERR), com remuneração de até R\$ 6.975,07.

O concurso público da Secretaria de Estado de Saú-

de (Sesau) ofereceu mais de 1.786 vagas, para cargos nos níveis fundamental, médio e superior, para atender a uma demanda crescente de profissionais para o setor de saúde pública. O número de vagas foi quase o triplo das disponibilizadas no último concurso, realizado em 2007, quando foram oferecidas 663 vagas.

O governador José de Anchieta explicou por que tem priorizado a realização de concursos públicos. "O concurso é a forma mais justa para que a pessoa conquiste a estabilidade no serviço público. Temos priorizado os concursos porque sabemos da importância desses profissionais efetivos para o Estado", destacou.

Iteraima com vagas abertas

Para ocupar cargos no Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Iteraima), até o dia 5 de novembro foram abertas inscrições para um concurso público que oferece 115 vagas, distribuídas para cargos dos níveis fundamental, médio e superior, que englobaram diversas carreiras, principalmente na área técnica.

A data das provas está marcada para o dia 8 de dezembro deste ano. A intenção do Governo do Estado de Roraima é dar posse aos aprovados ainda na primeira semana de janeiro de 2014. As inscrições foram feitas exclusivamente pela internet, pelo site www.uerr.edu.br

De acordo com a secretária Estadual de Administração, Gerlane Baccarin, com o concurso público, o Estado vai poder oferecer à população um melhor atendimento. "O Estado vai crescer cada vez mais com a posse dos novos concursados", disse.

OTIMIZAR: CINCO PRODUTOS PARA TRANSFORMAR O PATRIMÔNIO DO ESTADO

ANDRÉ AZAMBUJA

Apoiado pelo Banco Mundial, Projeto de Gestão de Ativos vem desenvolvendo ações, como a formação da Rede de Agentes Patrimoniais

■ POR CAMILA GONÇALVES/SARH-RS

O Projeto de Gestão de Ativos do Estado (Otimizar), que trabalha com cinco eixos de atuação, está em fase de concretização de um de seus produtos, a Rede de Fiscalização e Monitoramento dos Bens Móveis e Imóveis. O Otimizar é uma das ações estratégicas da Sala de Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e está incluso no Programa de Apoio à Retomada de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Proredes Bird). O programa conta com o aporte de US\$ 12 milhões do Banco Mundial.

Desenvolvida pelo Departamento de Administração do Patrimônio (Deape), da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh), a ação pretende articular responsáveis pelo patrimônio do Estado, da Administração Direta e Indireta, para atualizar o cadastro do banco de dados dos bens imóveis e da frota de veículos do Estado.

Nesta etapa, estão sendo capacitados profissionais de todas as secretarias e órgãos, para cadastrar e atualizar os imóveis por meio de um sistema único informatizado e aprimorado, que vai ser utilizado por todas as pastas. Até então, o cadastro e a atualização só podiam ser feitos pela Sarh – as demais secretarias só tinham acesso às consultas. Com o novo formato, os agentes patrimoniais poderão inserir o registro de prédios novos e atualizar os cadastros antigos, gerando, assim, um controle maior do quantitativo e da situação dos imóveis.

As outras quatro frentes de trabalho do Otimizar são: a modernização dos sistemas de gestão e controle do patrimônio; a alienação de imóveis que não têm perfil para uso público; a racionalização e a destinação adequada dos prédios públicos; e a atualização do cadastro de imóveis.



Agentes patrimoniais receberam treinamento

Racionalização

No que concerne à racionalização, o Estado vem reformando e concentrando os órgãos estaduais em um único prédio, em vários municípios, diminuindo, assim, os gastos com locação e facilitando o acesso aos serviços do Governo pelo usuário. Já foram inaugurados os Centros Administrativos de Santa Rosa e Agudo, em dezembro de 2012 e em abril de 2013, respectivamente. Nas duas cidades, o Estado deixou de gastar R\$ 269 mil por ano em despesas com aluguel. Devem ser inaugurados, ainda neste ano, os centros de Santo Ângelo, Alegrete e São Luiz Gonzaga.

Alienação de imóveis

A comercialização dos bens imóveis é uma das ações do Otimizar. No que respeita às alienações, pretende gerar ativos com a venda de imóveis que não possuem características para sediar órgãos ou entidades governamentais. Já foram vendidos 17 imóveis, o que gerou uma receita de R\$ 2.083.852,00.

Neste ano, devem ocorrer leilões para a alienação de 35 imóveis em Porto Alegre, tanto na região metropolitana quanto no interior. Os processos vão ocorrer em três cidades: Porto Alegre, Caxias do Sul e Santo Ângelo.

COMPRAS DESCENTRALIZADAS PROMOVEM ECONOMIA DE R\$ 35 MILHÕES

Economia gerada em dois anos, por meio do Programa Fornecer, já cobre gastos com contratos de um semestre

■ POR CAMILA GONÇALVES/SARH-RS

Criado com o objetivo de integrar as micro e pequenas empresas ao imenso potencial de compras do Estado, o Programa de Compras Públicas para Micro e Pequenas Empresas, conhecido como Fornecer, chega a sua quinta etapa comemorando expressiva economia aos cofres públicos. O programa leva às cidades os pregões de compras governamentais. Ao descentralizar os certames, o Fornecer não só garante preços mais competitivos, como traz, para a cadeia de fornecedores, os micro e pequenos empreendimentos. O Fornecer é uma iniciativa da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh), executada pela Subsecretaria da Administração Central de Licitações (Celic), com o apoio do Sebrae.

Entre setembro e novembro, o Fornecer cumpriu sua quinta etapa, distribuindo mais de R\$ 35 milhões na economia gaúcha, por meio das compras governamentais. Isso significa que o montante economizado nas cinco etapas deve pagar o valor total dos contratos da quinta fase.

Instituído no segundo semestre de 2011, o programa busca fomentar pequenos negócios por meio das licitações para a compra de itens de alimentação para as casas prisionais do Estado, assegurando aos participantes, por exemplo, a condição de empresa de pequeno ou médio porte como critério de desempate. Os processos têm o amparo da Lei Complementar Federal nº 123 – a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – e da Lei Estadual nº 13.706/2011, que prevêem concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e para as empre-

CAMILA GONÇALVES



Fornecer: valorização dos pequenos negócios

sas de pequeno porte nas licitações públicas de até R\$ 80 mil.

Foram sete semanas de pregões, encerrados em 7 de novembro. Seis equipes da Celic dividiram-se para percorrer uma média de 12 cidades por semana. Ao todo foram feitos 320 certames em 80 cidades, para a aquisição de carne, leite, pão e produtos não perecíveis.

Os números parciais das primeiras três semanas da quinta etapa apontaram que, dos 135 pregões, 104 foram vencidos por micro e pequenas empresas. Antes do Fornecer, quando as compras eram feitas de forma centralizada, os fornecedores da mesma família de produtos eram sete, todos de grande porte. Com a prática descentralizada, o cenário mudou bastante. Na última fase do programa, que ocorreu entre fevereiro e abril, 147 empresas venceram os pregões, entre elas, 135 de pequeno ou médio porte.

EM PROL DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Governo de Santa Catarina investe em gestão estratégica para melhorar atendimento nos hospitais públicos do Estado. Projeto contou com consultoria internacional

ALINEVAZ

■ POR CLÁUDIA DE CONTO/SEA-SC

Considerada um problema nacional, a saúde ganha atenção maciça em Santa Catarina. O Governo do Estado criou uma força-tarefa, com a participação das secretarias da Administração, da Saúde e da Fazenda, unidas em um só objetivo: melhorar as condições de trabalho e de atendimento nos hospitais públicos da rede estadual. Como parte integrante de um amplo Modelo de Gestão Estratégica (MGE), que envolve diversas ações de administração da máquina pública, o Plano de Gestão da Saúde (PGS) tem como meta aprimorar os serviços oferecidos ao cidadão, as estruturas físicas das unidades e a valorização dos profissionais da área.

O PGS conta com a participação de uma consultoria internacional, com experiência na gestão da área da saúde em redes privadas, em outros estados brasileiros. Depois de um amplo diagnóstico nos 14 hospitais que compõem a rede estadual – só concretizado depois de visitas técnicas, reuniões com servidores e entidades representativas de classe, análise de reportagens e pesquisa com mais de 400 profissionais que atuam na rede pública estadual –, foram traçadas as diretrizes de atuação. “Mergulhamos nesse trabalho, estudamos caso a caso, hospital por hospital, e fizemos o maior diagnóstico da história da saúde em Santa Catarina. Agora, apresentamos um conjunto de ações para melhorar o serviço. É uma mudança de conceito para que, nos próximos 30 anos, a saúde pública em Santa Catarina seja cada vez melhor”, afirmou o governador do Estado, Raimundo Colombo.

O diagnóstico mostrou, por exemplo, que o número de médicos na rede pública estadual dobrou desde 2004, mas que o quantitativo de atendimentos por servidor caiu quase 40%. Em relação a investimentos,



Força-tarefa a favor da saúde

a área da saúde no Estado recebeu cerca de R\$ 2 bilhões em 2012. “Foi investido esse montante sem que a população tenha percebido mudanças e melhorias no atendimento. Com uma gestão mais eficiente dos hospitais e da área como um todo, esses recursos serão revertidos em benefício daqueles que estão nas filas, aguardando atendimento”, explicou o secretário da Administração, Derly Massaud de Anunciação.

As ações

Em agosto deste ano, o governador Raimundo Colombo lançou três medidas provisórias que tratam das primeiras ações que colocam o Plano de Gestão



Governador Raimundo Colombo lança medidas provisórias com ações de melhoria da saúde



PGE promoveu reuniões com servidores da Saúde

da Saúde em prática. O objetivo central das MPs é aumentar significativamente o número de consultas, exames e cirurgias realizadas no Estado, diminuindo, assim, a fila de espera.

A primeira delas institui mecanismos para a produtividade médica no Estado (Programa Pró-atividade), para a profissionalização da gestão dos hospitais públicos estaduais (Programa Pró-gestão), para a institucionalização de mutirões permanentes (Programa Pró-mutirão) e para a agilidade das compras efetuadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

A segunda Medida Provisória é voltada diretamente para os municípios. Cada um dos 295 municípios catarinenses receberá R\$ 0,30 por habitante, para ser

utilizado na ampliação do número de consultas e de exames de média complexidade. “Isso representa um investimento de R\$ 2 milhões por mês, que serão revertidos em cerca de 200 mil consultas e exames, além de 70 mil procedimentos por ano”, exemplificou o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni. A terceira Medida Provisória cria oito centrais reguladoras regionais para organizar as internações hospitalares, as consultas e os exames dos catarinenses usuários do SUS.

Na prática

Mesmo com poucos meses de implantação, as ações de gestão hospitalar trouxeram benefícios para a população. Uma das maiores unidades de saúde do Estado, o Hospital Governador Celso Ramos, localizado em Florianópolis, e referência em alta complexidade em Neurologia, Oftalmologia e Ortopedia, apresenta números que comprovam o início da mudança.

Em poucos meses, três setores principais do hospital sofreram alterações que exaltaram o atendimento. Na Emergência, foram construídas mais duas salas de cirurgia. A maior inovação, porém, foi a criação de uma ala de curta internação, em que o paciente não fica mais que 24 horas. “A rotatividade aumentou em 300%”, comemorou o diretor do hospital, Libório Soncini. O número de leitos passou de 80 para 225; antes, havia apenas três salas de cirurgia, enquanto hoje, são nove. A estratégia surtiu efeito direto na Emergência, onde a fila passou de até 90 pessoas por dia, para 15 em média.

INICIATIVA PAULISTA DE INCLUSÃO DIGITAL É RECONHECIDA MUNDIALMENTE

Acessa São Paulo, programa de inclusão do governo, conquistou o prêmio Acesso ao Conhecimento, da Fundação Bill & Melinda Gates

■ POR CAROL FERREIRA/ASCOM/SGP-SP

O Estado de São Paulo, conhecido por sua liderança econômica e outros superlativos, tem mais uma marca importante para se orgulhar: chegou ao topo do mundo da inclusão digital. Isso porque o Acessa São Paulo, programa de inclusão do Governo do Estado, conquistou o prêmio “Acesso ao Conhecimento”, considerado o “Nobel” da área, que é oferecido anualmente pela Fundação Bill & Melinda Gates. O vencedor foi contemplado com US\$ 1 milhão para investimentos no programa, e a parceira Microsoft doou US\$ 8 milhões em softwares.

O prêmio foi entregue durante evento realizado em Cingapura, na Ásia, em agosto. O Estado de São Paulo e o Brasil foram representados pelo secretário de Gestão Pública, Davi Zaia, pelo assessor especial para Assuntos Internacionais do Governo, Rodrigo Tavares, e pelo gerente do programa, Emílio Bizon.

O projeto brasileiro concorreu com 300 projetos de 56 países e levou o Brasil a uma posição de destaque, num momento em que a inclusão digital está no topo da voga. Recentemente, o Ibope divulgou estudo mostrando que mais de 100 milhões de brasileiros têm acesso à rede mundial de computadores – número 10% maior do que em 2012. Mas 30% da população ainda utiliza postos, como *lan houses*, para se conectar. É aí que o Acessa São Paulo entra e mostra sua importância.

Inclusão para todos

Programa de inclusão digital gerenciado pela Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, foi criado em julho de 2000. Na época, acessar a internet ainda era um privilégio no Brasil. Pioneiro, o programa surgiu com o objetivo de oferecer à população acesso gratuito às novas tecnologias da informação e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico dos cidadãos.



Projeto pioneiro foi contemplado com R\$ 1 milhão

Para alcançar esses objetivos, o programa mantém espaços públicos, com computadores para o usuário acessar livremente a rede mundial de computadores. Hoje, são 712 postos espalhados por 550 municípios, tanto na área urbana quanto na rural, tanto na cidade grande quanto na pequena. Mais de 2,6 milhões de usuários estão cadastrados e, em 13 anos, mais de 70 milhões de atendimentos foram realizados. São 6,5 mil computadores.



A meta é atingir os 645 municípios de São Paulo até 2014

Cada posto do ACESSA São Paulo conta com máquinas conectadas à internet e monitores capacitados para auxiliar a população. Lá é possível realizar atividades escolares, pesquisar vagas de trabalho e acessar redes sociais e os serviços eletrônicos oferecidos pelo governo. O programa é prestado com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e social, com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação.

“Uma das principais características do ACESSA São Paulo como programa de governo é oferecer a democratização da inclusão digital. Ele está nos maiores e menores municípios; nas periferias e nas áreas nobres das cidades paulistas. É usado tanto por executivos como por estudantes, professores, pessoas em situação de rua, idosos e jovens”, explicou o secretário de Gestão Pública paulista, Davi Zaia. “Não tenho dúvidas de que essa democratização foi fundamental para a escolha da ação como campeã. Os membros da Fundação vieram ao Brasil e conheceram de perto o trabalho desenvolvido. O prêmio foi mais que merecido”, complementou o gestor.

As palavras de Zaia são corroboradas por Deborah Jacobs, diretora da Iniciativa Global Libraries, órgão da Fundação Gates responsável pela premiação.

Ela explicou por que o projeto foi escolhido como vencedor: “Esse programa levou a ideia de acesso a um nível totalmente novo. Em vez de deixar para os usuários a tarefa de encontrar os postos de internet, a tecnologia está disponível às pessoas em seu caminho para o trabalho, por exemplo”, ressaltou a diretora, lembrando que o ACESSA São Paulo também está em lugares com grande circulação de pessoas, como estações de trem e de metrô, por onde passam milhares de cidadãos diariamente.

Gestão e expansão

O ACESSA São Paulo, ao corresponder a um desejo do cidadão, que é estar sempre conectado, converge para uma das funções institucionais da Secretaria de Gestão Pública do Estado, que é promover a inovação, tendo como referência as necessidades da comunidade.

O programa possui um segmento chamado Rede de Projetos, que permite que monitores e usuários tenham a liberdade para criar e desenvolver projetos com o uso da tecnologia da informação e do serviço do posto.

Um exemplo bem-sucedido de uma iniciativa voltada para o desenvolvimento da gestão pública vem de Caraguatatuba, situada no litoral norte paulista. O monitor do posto da cidade mapeou todos os órgãos públicos municipais por meio de uma ferramenta da internet e disponibilizou essa informação a todos os usuários, para facilitar o acesso da população a programas municipais. Para incentivar condutas desse tipo, há quatro anos vem sendo realizado o Prêmio ACESSA SP, que visa reconhecer iniciativas de destaque, tomadas por todo o Estado. A última edição ocorreu no início de outubro e premiou não só monitores, mas também prefeitos e vereadores parceiros da causa da inclusão digital.

“O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, reconhecendo a importância do ACESSA São Paulo, criou, juntamente com os técnicos da Secretaria de Gestão, um plano de expansão do programa. A meta é atingirmos os 645 municípios paulistas até o final de 2014”, finalizou o secretário Davi Zaia, fazendo jus ao mote do programa de inclusão digital: “chegar até onde a população está”.

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO REGISTRA 860 MIL ATENDIMENTOS

O moderno Centro de Atendimento, localizado na Rua do Turista, oferece 55 serviços de 10 órgãos parceiros

■ POR ADRINE CABRAL/SEPLAG-SE

Modernidade. Essa é, para a estudante Ana de Souza, a palavra que define sua avaliação a respeito do atendimento recebido no Centro de Atendimento ao Cidadão (Ceac) da Rua do Turista, uma iniciativa do Governo de Sergipe. Para retirar a carteira de identidade, ela agendou por telefone e compareceu no dia marcado. Em menos de 30 minutos, já estava liberada, com sua carteira na mão. Esse é mais um caso bem-sucedido dos 860 mil cidadãos que foram atendidos em dois anos de funcionamento dessa unidade do Ceac.

“Esta é a primeira vez que recorro à unidade da Rua do Turista e fiquei surpresa com a estrutura e a organização que encontrei. É um moderno centro de atendimento ao cidadão, com atendimento cordial, onde podemos solucionar diversos problemas, como retirar a carteira de identidade, dar entrada no seguro-desemprego e até mesmo resolver questões com o Detran. Tudo isso sem ter que nos deslocarmos pelos vários órgãos, situados em diversas partes da cidade. Com o agendamento, então, posso ser atendida no dia e no horário mais conveniente. E sem espera!”, comemorou a cidadã.

Assim como Ana de Souza, mais de 55 mil procuraram o centro de atendimento durante o mês de agosto, em busca dos 55 serviços oferecidos por 10 órgãos parceiros. De acordo com José Macedo Sobral, secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), pasta da qual os Ceacs fazem parte, o mês de agosto de 2013 registrou um recorde de atendimentos desde a sua implantação, cuja previsão inicial era de 20 mil atendimentos por mês.

“Foi um sucesso o novo modelo de atendimento



O atendimento no CEAC foi premiado pela qualidade

da rede Ceac! Ele foi todo preparado para oferecer um ambiente adequado para que o cidadão espere o mínimo possível. Aliás, o Ceac da Rua do Turista foi apresentado e premiado na IV Convenção Brasileira de Lean, evento organizado pela União Brasileira para a Qualidade (UBQ), que tem como objetivo estimular a adoção de práticas do pensamento enxuto e conceder reconhecimento público a todas as empresas e equipes que apresentam bons trabalhos”, ressaltou o secretário.

Números

De acordo com a superintendente de Modernização da Gestão, Deborah Arôxa, no ano de 2012, essa unidade Ceac registrou mais de 358 mil atendimentos. “Em 2013, somente de janeiro a agosto, já ultrapassamos o total do ano passado, tendo atingido a marca de 366 mil atendimentos”, comemorou a superintendente.

No Ceac da Rua do Turista, o guichê mais procurado é o do banco do Estado, o Banese, que registra entre 15 mil e 19 mil atendimentos por mês. Lá, o serviço mais requi-



O guichê mais procurado é o do Banese, com 19 mil atendimentos mensais

sitado é a autenticação. O segundo mais solicitado é o Setransp, que registrou entre 5 mil e 9 mil atendimentos. Depois, vem o Detran, entre 3 mil e 7 mil. A Deso, entre 2 mil e 3 mil. E a SSP, entre 1,5 mil e 3 mil por mês.

Segundo a diretora-geral dos Ceacs, Mônica Manguieira, esse resultado se deve principalmente à atenção do Governo do Estado ao destinar um ambiente confortável e moderno aos cidadãos que buscam os serviços, a par de oferecer capacitação e ações de qualidade de vida aos servidores. “Eles participam de ginástica laboral duas vezes por semana e de um programa de capacitação sobre atendimento, relacionamento interpessoal e integração com a equipe. O corpo gestor também passa, mensalmente, por capacitação mensal, com reuniões, discussões de melhores práticas e aplicação delas”, apontou a diretora.

Para Moisés Santana, diretor-geral da unidade, o Ceac da Rua do Turista foi um grande marco para o Governo do Estado. E para o cidadão foi um passo muito grande para a inclusão social. “Isso porque ele veio para abranger ainda mais serviços e para facilitar a vida do cidadão. Por ser a unidade mais nova, ela é uma evolução do modelo aplicado nos outros Ceacs, tendo melhorado o atendimento e a estrutura física. Cada uma das unidades tem um perfil de atendimento de acordo

com sua localização, mas esse que fica no Centro da capital acaba abrangendo todos os tipos de pessoas, desde estudantes da região a pessoas que trabalham e residem no coração da cidade”, explicou.

Agenda Fácil

Desde agosto deste ano, não é mais preciso que o cidadão enfrente filas para ser atendido na rede Ceacs. Basta ligar para o 0800 0796100, agendar um horário e, na data marcada, um funcionário do Call Center ligará para confirmar a presença.

O sistema passou por um período de teste na Rua do Turista, quando foram oferecidos apenas os serviços da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

A seguir, foi implementado também nas unidades da Rodoviária Nova e do Shopping Riomar, com a adesão de outros órgãos, como o Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT), a Secretaria da Fazenda (Sefaz) e o Deso. Segundo Mônica Manguieira, diretora-geral dos Ceacs, a perspectiva é de que 80% do atendimento seja feito por agendamento e 20% seja presencial. “Nosso principal objetivo é diminuir as filas e, assim, tornar mais prático o atendimento”, afirmou. Somente em agosto, o Agenda Fácil foi responsável por marcar mais de 10 mil atendimentos no Ceac da Rua do Turista.

SERVIDORES DO TOCANTINS REVELAM HISTÓRIAS DE PIONEIRISMO

Espaço foi criado para valorizar o capital humano e engrandecer a trajetória desses pioneiros que ajudaram a construir o novo Estado

■ POR HELEN NUNES E MILENA BOTELHO/SECAD-TO

Falar em gestão pública nos dias de hoje é compreender que é preciso investir em novas tecnologias. Mas, antes de tudo, é imprescindível investir no capital humano, ou seja, propiciar formas para que o conhecimento individual seja agregado ao conhecimento coletivo, criando, assim, valores que não são tangíveis, nem se encontram à venda.

Com esse desafio diário, o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Administração, aproveitou o mês em que se comemoram os 25 anos de criação do Estado e o dia dedicado ao servidor público (28 de outubro) para desenvolver uma campanha institucional de valorização da história do servidor, agente fundamental na construção das políticas públicas do Estado.

Com o slogan “Conte a sua história”, a campanha convidou os servidores a contar sua história, funcional ou pessoal, vivida no Estado do Tocantins, para que se sentissem parte da evolução da gestão. E a partir daí, compartilhar e conhecer outras histórias, contadas por centenas de trabalhadores, numa página virtual disponibilizada no site da secretaria e nas redes sociais.

De acordo com diretor-geral de Planejamento e Gestão Profissional, Daniel de Arimatéa, a campanha é importante para a identidade do servidor e cidadão tocantinense. “A iniciativa é consideravelmente importante. Diante da quantidade de interações que recebemos, notamos o quanto o servidor foi importante para construir o Estado e se reconhecer como tal”.

Em menos de um dia no ar, a ferramenta virtual já foi visitada por centenas de servidores. Muitos deles aproveitaram a facilidade de acesso para postar fatos

MÁRCIO DI PIETRO



Praça dos Girassóis, ainda em construção em 1993

ALDEMIR DOS ANJOS



Praça dos Girassóis, em 2013, após 25 anos da criação do Estado

e experiências que marcaram a trajetória pessoal no serviço público.

Jaqueline de Oliveira de Barreto Bernardes foi uma das muitas servidoras a deixar sua cidade natal para investir seu futuro no recém-criado Estado do Tocantins. Em algumas linhas, Jaqueline contou as dificuldades encontradas no início da implantação dos serviços.

“Cheguei a Palmas em julho de 1989 e fui morar num alojamento para funcionários. O espaço nos tinha sido destinado pelo Governo, pois, naquela época, não tinha casas suficientes no mercado para alugar. Então, muitos moravam juntos, em prédios públicos. Foi um período difícil, mas me lembro com alegria e satisfação do meu primeiro contracheque, e constato como hoje sou feliz pela escolha que fiz”, relatou.

“Quando imaginamos o quadro ‘Conte a sua his-

tória’, pensamos em explorar as novas tecnologias de comunicação disponíveis para estreitar o relacionamento da gestão com nosso quadro de servidores; em contrapartida, é claro, com o público em geral. E tem sido uma satisfação enorme observar que muitos servidores aderiram ao convite, compartilhando fatos e momentos importantes da construção da história do Tocantins”, observou Lúcio Mascarenhas, secretário da Administração.

LUIZ ANTONIO BEZERRA

Eu me empenho em luta constante pelo bem do poder público, pois gosto e tenho muito orgulho de ser servidor neste Estado, para o qual trabalho desde 1999. Já servi no Dertins e hoje estou no Naturatins de Paraíso. Sonho ganhar um dia o título de servidor pioneiro. E espero que, antes de concluir meu tempo como servidor, eu tenha esse privilégio, neste Estado que escolhi para servir e morar com minha família.

WILLKER FEITOSA

Numa noite chuvosa, estava eu trabalhando na Recepção do Pronto-Socorro do HGP, quando uma senhora deu entrada no hospital, vítima de um acidente. Felizmente, apresentava apenas algumas escoriações. Atendi conforme costume fazer com todos – com educação, simpatia e alegria –, pois escolhi minha profissão porque gosto de atender bem às pessoas que necessitam. De manhã, antes de sair do hospital, aquela senhora identificou-se para mim como desembargadora do Estado do Rio de Janeiro. Um mês depois, recebi um elogio público pelo atendimento dado àquela senhora. Histórias como essa ficam na nossa memória e não se apagam nunca. Atender bem não faz mal a ninguém! E amo o meu Estado.

FRANCISCO PERES DE ABREU NETO

Comecei a trabalhar para o Governo do Estado do Tocantins ainda na capital provisória, a cidade de Miracema do Tocantins. Sou oriundo da cidade de São Paulo, mas nasci em Estreito, no Maranhão. O primeiro órgão no qual trabalhei aqui no Tocantins foi a Secretaria da Fazenda; atualmente sirvo no Sine. O que mais marcou esses 25 anos vividos em Palmas foi o próprio ato de transferência do Governo – de Miracema para Palmas –, quando engolimos muita poeira, ao longo de 79 km de uma estrada de terra, e, no trajeto, passamos por nada menos do que 23 pontes de madeira. Chegando a Palmas, mais poeira e mais mosquitos, falta de água, até mesmo para beber, e outros entraves. Parei e me perguntei: “o que estou fazendo aqui neste fim de mundo, sozinho, sem família, sem nada?” Refleti e cheguei à seguinte conclusão: “não estou aqui por mim, mas, sim, pelos filhos que ainda terei. Ajudarei a construir um lugar melhor para eles viverem no futuro”. Hoje tenho dois filhos: um deles formado e concursado, trabalhando na Secretaria da Saúde como fisioterapeuta; e o outro fazendo o primeiro semestre do curso de Direito. Estou feliz com o que conquistei. Tenho certeza de que meus filhos também continuarão lutando por um futuro melhor para os filhos deles, nesta cidade.

LUCIRENE GOMES BOTELHO

Depois que cheguei a Palmas, em 1991, logo após a criação deste maravilhoso Estado, a vida foi melhorando para mim. Procedo do interior de Goiás, de uma cidade que hoje faz parte do Estado do Tocantins. Em casa, andava de pés descalços para economizar minhas únicas chinelinhas de dedo, que eu usava para ir à escola, sediada em uma fazenda. Estudei com muita dificuldade nas escolas do interior pobre do Estado de Goiás, mas hoje posso presenciar maravilhas neste nosso Tocantins de meu Deus! Passei num concurso público e não sou mais aquela menina pobre que passou tanta necessidade! Graças a Deus, alguém, suficientemente generoso, teve a iniciativa de criar este maravilhoso e querido Estado!

Inteligência e comprometimento para resultados na **Modernização da Gestão de Pessoas**



Experiência profissional em projetos e soluções, especialização
em **Tecnologia da Informação** e **foco no Setor Público**.



consignum

Gestão de margem consignável



Segurança e Confiabilidade

“Há 6 anos no mercado trazendo confiabilidade e segurança na gestão dos descontos facultativos em folha de pagamento de entidades pública e privadas”.

Com serviço completo em atendimento tecnológico, administrativo e jurídico aos nossos usuários.

Matriz: Rua Bela Cintra, nº 756, 2º andar, Conjunto 22, Ed. Lyon - Bairro da Consolação - São Paulo-SP - CEP: 01.415-000 - Tel.: (11) 3154-2400

Filial 1: Av. Hist. Rubens de Mendonça, nº 2368, 17º andar - Ed. Top Tower - Bairro: Bosque da Saúde - Cuiabá-MT - CEP: 78.050-000 - Tel.: (65) 3648-9300/3316-2200

Filial 2: Av. Ana Jansen, nº 12, salas 01 e 04 - Ed. Com. Mendes Frota - São Luiz-MA - CEP: 65.076-730 - Tel.: (98) 3327-2732/3312-7510

Filial 3: Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 251, salas 202, 203 - Ed. Pérola Negra - Bairro Centro - Florianópolis-SC - CEP: 88.015-900 - Tel.: (48) 4001-1000

www.consignum.com.br

FUTEBOL OU NOVELA? A GENTE NÃO PERDE UM CAPÍTULO, NÉ, MEU AMOR?



A decisão de ser feliz é nossa.

A CAPEMISA Seguradora não perde uma oportunidade de levar felicidade até as pessoas. São mais de 50 anos oferecendo Seguros de Vida, Previdência e Capitalização com uma missão ainda maior: cuidar do futuro de milhares de famílias, crianças e jovens assistidos pela CAPEMISA SOCIAL. Isso faz a diferença. **Decida pela FELICIDADE. Decida pela CAPEMISA.**

Entre em contato com o seu Corretor de Seguros.



www.copemiso.com.br